

A semana foi tensa na CPI dos Bingos, que ouviu por apenas 40 minutos o caseiro Nildo contraditar declarações de Antonio Palocci, e na CPI dos Correios, onde Duda se calou; o relatório dessa última deve ser divulgado nesta terça

Caseiro diz muito, Duda não fala e CPI conclui relatório



Depois de oito meses de investigações, a CPI Mista dos Correios chega à reta final deixando no seu rastro renúncias e cassações de deputados. Osmar Serraglio promete entregar seu relatório nesta terça-feira. O último depoimento na comissão, do publicitário Duda Mendonça, que nada falou, irritou os parlamentares. Já a CPI dos Bingos, onde liminar do STF suspendeu o depoimento do caseiro Nildo, pode solicitar nesta semana a ampliação dos temas objeto de sua apuração.

PÁGINAS 10 A 15

Aprovação do relatório da CPI dos Correios, presidida por Delcídio Amaral (3º à dir.), pode ser complicada

Dúvidas cercam a votação dos destaques ao Orçamento

PÁGINA 3

Era Vargas: Senado livre não combina com ditadura

A Casa foi dissolvida por duas vezes durante o governo de Getúlio Vargas, que também reduziu de três para dois o número de senadores por estado.



PÁGINA 20

cidadania

O que cada um pode fazer para melhorar a segurança pública

PÁGINA 24

Diferentes, todos são iguais no acesso ao Senado

Renan lança campanha pela acessibilidade de pessoas com deficiência às dependências da Casa.

PÁGINA 17

Empresas poderão estender período de licença-maternidade

PÁGINA 6

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23



Tapa-buracos: em dois meses, operação cumpre menos da metade do objetivo

PÁGINAS 4 E 5

Senado tenta votar oito MPs nos próximos dias

Uma semana de grande tensão política, quando opositoristas e governistas se enfrentarão em torno do relatório final da CPI dos Correios e sobre os caminhos da CPI dos Bingos, o Plenário do Senado tentará votar nos próximos dias oito medidas provisórias (MPs) que vêm trancando sua pauta. Os partidos de oposição aceitam votar as MPs e culpam a base do governo (como o PMDB que está decidindo se lançará ou não candidatura própria para a Presidência da República) pelo atraso nas votações.

As atenções do Senado estarão voltadas principalmente para a CPI dos Correios, que entra na reta final nesta semana após de dez meses de funcionamento. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), promete o documento final para os próximos dias. Já a CPI dos Bingos terá de decidir os próximos passos depois que uma liminar do ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), impediu que fosse ouvido o caseiro Francenildo Santos Costa sobre o que viu na mansão da "República de Ribeirão Preto". A CPI deve recorrer ao próprio STF contra a liminar.

Outro foco de tensão durante



Em semana de tensão nas CPIs dos Correios e dos Bingos e na Comissão do Orçamento, Senado tem oito MPs à espera de voto

a semana estará na Comissão Mista do Orçamento, onde ficou pronto para votação o relatório final do deputado Carlito Merss (PT-SC). Apesar de assinado um acordo partidário para garantir repasse de R\$ 5,2 bilhões aos estados exportadores (Lei Kandir), as oposições querem mais garantias de que as verbas realmente serão liberadas ao longo do ano. O Orçamento de 2006 já enfrenta um atraso de três meses no Congresso.

MPs mexem no Simples e liberam dinheiro

Entre as oito MPs que trancam a pauta está a MP 275/05, que

eleva os valores dos faturamentos das micro e pequenas empresas para ter direito aos impostos reduzidos do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

Antes da MP do Simples, o Plenário terá de votar outras seis medidas, quatro delas com modificações feitas pelos deputados. A primeira da pauta é um projeto de lei de conversão (PLV 2/06) da MP 269/05, que abre vagas nas agências reguladoras para concurso público, cria cargos nas carreiras de ciência e tecnologia e de diplomata e prorroga contra-

tos de temporários nas agências e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A segunda da fila é a MP 270/05, que abre um crédito extraordinário de R\$ 825,9 milhões aos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, à Presidência da República, ao Senado, à Câmara e para transferências aos estados e municípios. Outro crédito extraordinário é aberto com a MP 273/05, que se transformou no PLV 4/06 e beneficia o Ministério dos Transportes e o pagamento de benefícios a idosos e portadores de deficiência, via INSS.

Também trancam a pauta do Plenário do Senado a MP 271/05, que repassa R\$ 900 milhões aos estados como ressarcimento pela isenção de impostos nas exportações (Lei Kandir), e o PLV 3/06, oriundo da MP 272/05. Essa medida trata de reajuste para as carreiras do INSS. A sexta MP é a 274/05 que, modificada, transformou-se no PLV 5/06. Ela atualiza o Plano Nacional de Viação. A última é a MP 276/06, que abre crédito extraordinário para o Ministério dos Transportes, conhecida como "MP da operação tapa-buraco" (leia mais nas páginas 4 e 5). Ela foi alterada pelo PLV 7/06.

Comissões

TERÇA-FEIRA

9h30 - ASSUNTOS ECONÔMICOS

Homenagem - Senadores homenageiam o ex-presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que terá a foto incluída no rol dos presidentes da CAE.

Responsabilidade fiscal - A ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy presta esclarecimentos sobre medida que beneficiou as contas da prefeitura ao excluir créditos do programa Reluz dos limites de endividamento previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

10h - DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Racismo - Audiência pública discutirá a adoção de ações afirmativas para diminuir o preconceito racial. A criação de cotas para negros em universidades é um exemplo de ação afirmativa. Entre os convidados estão a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland.

10h - CPI DOS CORREIOS

Relatório - Está prevista a leitura do relatório final elaborado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

10h30 - COMISSÃO MISTA DO ORÇAMENTO

Destaques - Os quase 3 mil destaques apresentados ao projeto da lei orçamentária de 2006 continuam em discussão.

10h - SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ferrovias - A alienação do controle das concessionárias Ferrobán, Ferronorte e Novoeste é o tema de audiência pública da qual participam o diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre, José Alexandre Resende, e os presidentes do Conselho de Administração da Brasil Ferrovias, Guilherme Narciso de Lacerda, e da Brasil Ferrovias, Elias Davi Nigri.

11h - EDUCAÇÃO

Educação - Em discussão projeto que normatiza a criação de escolas técnicas e agro-técnicas federais. **Autor:** senador Augusto Botelho (PDT-RR). **Relator:** senador José Maranhão (PMDB-PB).

Água - Será analisado projeto que prevê divulgação de advertências sobre a escassez de água. **Autor:** senador Marcelo Crivella (PMR-RJ). **Relator:** senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

11h - CPI DOS BINGOS

Reunião administrativa - Os senadores votam requerimentos e decidem sobre convocações.

11h30 - AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Dívidas rurais - Estão em pauta várias propostas que tratam da repactuação de dívidas contraídas por agricultores em operações de crédito rural e que definem regras para a concessão de benefícios.

QUARTA-FEIRA

9h30 - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Votações - As matérias pendentes de votações dos parlamentares voltam a ser discutidas pela comissão, que também pode definir o calendário de votação da proposta que cria o Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb), a principal matéria em tramitação no colegiado.

QUINTA-FEIRA

9h30 - RELAÇÕES EXTERIORES

Acordos - Estão em pauta mais de dez projetos que aprovam textos de acordos internacionais assinados pelo Brasil. Entre eles, o que ratifica a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre segurança e saúde nas minas.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa. Pauta trancada

Anac - Tranca a pauta projeto de lei de conversão (PLV 2/06) à Medida Provisória 269/05, que complementa a nova Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e cria cargos em outras agências.

Crédito extraordinário - Também tranca a pauta de votações a MP 270/05, que libera R\$ 825 milhões para a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a Presidência da República e dois ministérios. Outras duas propostas, oriundas das MPs 273/05 e 276/06, liberam verbas para o Ministério dos Transportes.

Exportação - Outra proposta que obstrui a pauta é a MP 271/05, que repassa dinheiro aos estados para compensar perdas pela desoneração das exportações.

INSS - Projeto da MP 272/05, que também obstrui a pauta, reestrutura cargos do Instituto Nacional

do Seguro Social (INSS) e cria gratificações.

Rodovias - Outro projeto de lei oriundo de MP é o que altera o Plano Nacional de Viação (PLV 5/06).

Isenção - A última MP que obstrui a pauta trata de isenção fiscal para compra de veículos por portadores de deficiência e autônomos.

QUARTA-FEIRA

12h - Sessão especial

Solidariedade - Senadores celebram a Campanha da Fraternidade de 2006, que homenageia pessoas com deficiência.

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - A pauta depende das votações de terça.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - A pauta depende das sessões anteriores.

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

Homenagem à Campanha da Fraternidade 2006

O Senado realizará sessão especial na próxima quarta-feira destinada a homenagear a Campanha da Fraternidade da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) que, este ano, tem como tema "Fraternidade e Pessoas com Deficiência", e cujo lema é "Levanta-te, vem para o meio".

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), autor do requerimento para realização da homenagem, lembra que o lema da Campanha da Fraternidade de 2006 foi tirado de uma passagem do Evangelho de São Marcos, na qual Jesus, ao observar um homem só, afastado da multidão e com uma atrofia nas mãos, diz: "Levanta-te, vem para o meio".

Mercadante assinala que considera que essa passagem bíblica "não poderia ser mais apropriada para a campanha", pois toca no preconceito e na exclusão social, "principal problema que atinge as pessoas com deficiência de todos os tipos". O texto de São Marcos relata que, ao ir para o meio da multidão que ouvia Jesus, o homem se curou milagrosamente.

A sessão de homenagem está marcada para as 12h.

ORÇAMENTO Governo não assegura que respeitará acordo para reservar R\$ 5,2 bilhões aos estados que exportam



Tourinho, de terno cinza, recebe integrantes do Confaz e se compromete a ajudar a sustentar acordo sobre Lei Kandir

Confaz pressiona por apoio do Congresso

Diante do endurecimento do Ministério da Fazenda, que insiste em propor a criação de um novo fundo para ressarcir as isenções estaduais nas exportações com participação majoritária de recursos dos estados, os secretários do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) resolveram concentrar esforços para garantir os R\$ 5,2 bilhões acertados pelos coordenadores das bancadas com assento na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A coordenadora do Confaz, Lina Maria Vieira, explicou ao **Jornal do Senado** que o acordo firmado na CMO deve funcionar como uma "ponte" enquanto não houver um desfecho nas negociações com o governo para uma regulamentação definitiva do fundo para ressarcir as perdas dos estados com as exportações.

Na última quarta-feira, depois da reunião do Confaz com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, Lina encaminhou correspondência aos governadores solicitando que se empenhem junto

ao presidente da República e ao ministro da Fazenda para evitar que haja veto ou contingenciamento aos recursos aprovados na comissão. No ofício, ela diz que Portugal não assumiu compromisso de honrar a decisão do Congresso, se o acordo fechado na CMO for aprovado como está.

Outra providência da coordenadora do Confaz foi se reunir no mesmo dia com o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) para pedir que ele articule a sustentação do acordo de R\$ 5,2 bilhões pelos demais senadores. Tourinho acertou com os representantes do Confaz que irá aguardar a evolução das negociações com a Fazenda para definir o texto do projeto de lei complementar que deve apresentar para regulamentar o artigo 91 do ADCT.

Enquanto isso, o senador deve analisar o anteprojeto dos secretários que foi recusado pela Fazenda, onde o valor fixado para ressarcir os estados exportadores é de R\$ 8,27 bilhões, reajustado anu-

almente. Tourinho adiantou que a nova proposta formulada pela Fazenda, cujo resumo lhe foi entregue, dificilmente será aceita pelos secretários, porque continua a comprometer parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas importações.

O Confaz deve se posicionar sobre a proposta do governo na reunião desta sexta-feira (24), em Recife (PE). Antes disso, os técnicos que assessoram os secretários estaduais e os do Ministério da Fazenda devem detalhar a proposta, que só foi apresentada por Portugal em linhas gerais. O modelo sugerido para continuar com as isenções de ICMS nas vendas externas substituiu o Fundo de Compensação pela Desoneração das Exportações (Fpex) e a chamada Lei Kandir por um novo fundo de vigência temporária, exigindo mudança na Constituição.

A nova proposta do governo, diferente da anterior, estabelece entre outros pontos uma transição gradual para a participação dos estados no novo fundo.

A contribuição nos cinco primeiros anos seria equivalente à alíquota de 3% sobre as importações de cada estado. A partir do sexto ano, essa participação crescerá um ponto percentual a cada ano, até chegar a 12%. A alíquota do ICMS sobre as exportações também começaria em 3% e aumentaria gradativamente até estabilizar em 12% a partir do décimo quarto ano. A União só entraria com recursos, segundo Lina, quando a balança comercial dos estados fosse deficitária.

Outra novidade é que o novo regime seria opcional para os exportadores. A vantagem é que as empresas poderiam recuperar em dinheiro o ICMS pago na aquisição de insumos, atualmente utiliza o crédito tributário decorrente da isenção. Só que como o produto final não é tributado, os exportadores enfrentam dificuldades em aproveitar esses créditos. Os estados alegam que os ressarcimentos da União são insuficientes e atrasam essa utilização.

Continua novela sobre repasses da Lei Kandir

Quando a Comissão Mista de Orçamento se reuniu nesta terça-feira, a partir das 10h30, para analisar e votar o parecer aos destaques apresentados ao relatório final do projeto da lei orçamentária de 2006, mais uma vez o nó a ser desatado será o ressarcimento aos estados exportadores.

Apesar de assegurar R\$ 5,2 bilhões para a chamada Lei Kandir, valor idêntico ao do ano passado, o texto básico do substitutivo elaborado pelo deputado Carlito Merss (PT-SC), aprovado na noite da última terça-feira, não embutiou nenhum compromisso de que o governo federal irá respeitar o que foi acertado entre as lideranças partidárias no Congresso.

Até aí, poder-se-ia dizer que o governo mais uma vez reforça a visão de boa parcela do Legislativo de que o orçamento não passa de uma "peça de ficção". A situação, porém, é mais complicada que isso. Cresce a avaliação, principalmente entre os oposicionistas, de que o governo se prepara para ruir o acordo que viabilizou o pequeno passo dado na semana passada, para a comissão encerrar a votação do orçamento.

- Nos oito anos que tenho de comissão, nunca vi tantos acordos rompidos como agora.

Os representantes do governo estão desacreditados e até o relator-geral mudou sua forma de agir porque não tem respaldo do Executivo - lamentou o deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA), coordenador da bancada do PSDB na comissão e relator setorial responsável pelas negociações sobre os recursos da Lei Kandir.

O temor de que possa haver ruptura é tão grande que Vale apresentou requerimento para convocar o coordenador político do governo, ministro Jaques Wagner, e os ministros da Fazenda e do Planejamento, Antonio Palocci e Paulo Bernardo, respectivamente, para selar um acordo com os governadores em audiência pública na CMO.

O PSDB, diz o deputado, quer deixar claro que não haverá retrocesso no que foi acertado entre as lideranças partidárias. Ele informou que os parlamentares tucanos discutirão procedimentos para blindar o acordo, posição compartilhada pelo PFL.

- Vamos cumprir nosso papel institucional, orçando os R\$ 5,2 bilhões. Depois caberá aos governadores e aos prefeitos acionarem o Executivo para

liberar os recursos - esclareceu Luiz Carreira (PFL-BA), outro articulador do acordo sobre a Lei Kandir.

Mesmo assim, Vale quer acertar definitivamente com Merss que a liberação desses recursos não estará condicionada à regulamentação do fundo previsto no artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Na sua avaliação, esse ponto não ficou claro no texto votado na CMO.

O deputado explicou que, sem essa vinculação, fica valendo o que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ela assegura aos estados e aos municípios exportadores a transferência dos recursos assim que for sancionada a lei orçamentária, porque será incluída no rol de despesas obrigatórias da União. Sem orçamento, continuou Vale, essas transferências não podem ser liberadas pela regra dos duodécimos, estipulada na LDO.

- O governo agiu com malícia ao não orçar nada para a Lei Kandir. Como se pode liberar um doze avos de zero? - situou Vale, apontando um dos pontos nevrálgicos da queda-de-braço entre governadores e Fazenda.

**PSDB e PFL
querem garantir
compromisso
do governo já
na comissão**



Merss (E), com Mestrinho, apresentará parecer sobre quase 3 mil destaques ao relatório final

Governo orienta líderes a agilizar votação

Em meio à avalanche de críticas da oposição e pressões de prefeitos, governadores, de ministérios e empresas estatais que estão com programas e investimentos paralisados, o governo orientou seus líderes na Comissão para agilizar a votação do orçamento. É pelo menos a instrução que o deputado Gilmar Machado (PT-MG) diz ter recebido do líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

No entanto, Machado, um dos parlamentares cotados para substituir o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) na CMO, evita comentar se o acordo para ressarcir os estados exportadores será cumprido, motivo

dos desentendimentos com a oposição.

Pelo texto aprovado na CMO, a complementação de R\$ 1,8 bilhão será obtida de duas formas: metade do valor pelo corte linear de 12,5% nas emendas coletivas e os R\$ 900 milhões restantes pelo excesso de arrecadação. A distribuição do total de R\$ 5,2 bilhões obedecerá a novos critérios, pelos quais estados como São Paulo e Minas Gerais receberão menos do que em 2005.

Apesar de Machado argumentar que as negociações entre

o Ministério da Fazenda e os secretários do Confaz para regulamentar o artigo 91 do ADCT se desenrolam separadamente às do orçamento, o governo está usando

as duas frentes para forçar mudanças na chamada Lei Kandir.

Além disso, o governo poderá pedir urgência ao projeto de lei que encaminhou ao Congresso para poder executar um doze avos dos investimentos orçados pelo Executivo, o que já está autorizado para despesas de custeio. Machado disse que entregará seu relatório esta semana.

**Executivo pode
pedir urgência
para projeto
que libera
investimentos**

RODOVIAS Estatísticas revelam que 72% das rodovias estão em estado de conservação péssimo, ruim ou deficiente

Estradas, um retrato do descaso oficial



Obras de asfaltamento em rodovia próxima a Brasília: a Operação Tapa-Buracos é insuficiente para resolver problema, diz a CNT



Washington Luís, presidente de 1926 a 1930, costumava dizer que "governar é abrir estradas".

Já os líderes do país em tempos mais recentes aparentam um espantoso desdém com o modal que representa mais de 60% da matriz nacional de transportes.

Nem é preciso ser muito perspicaz. Basta uma viagem à cidadezinha mais próxima para perceber a situação de penúria em que estão as rodovias brasileiras. Traduzindo em estatísticas, 72% das estradas estão em estado de conservação péssimo, ruim ou deficiente, de acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Para piorar, 91% não estão pavimentadas. Os melho-

res trechos estão sob concessão privada, mas somam apenas 10 mil quilômetros de vias.

Não é à toa que o governo lançou em janeiro o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, que ficou conhecido como operação tapa-buracos. A operação foi montada com o propósito declarado de consertar cerca de 23 mil quilômetros de rodovias espalhadas pelo país, a um custo de R\$ 440 milhões.

É pouco, muito pouco, dizem os especialistas. Estima-se que seriam necessários de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões para recuperar

o 1,9 milhão de quilômetros de estradas brasileiras – 99,5% das quais sob gestão federal, estadual ou municipal. A cada ano que passa sem que se faça a devida manutenção, as condições vão se agravando e a intervenção vai ficando mais cara.

O descaso com as estradas, é claro, tem consequências graves. Além de prejudicarem o transporte de cargas, feito em sua maioria por caminhões, flagelos como buracos e sinalização ruim nas rodovias exacerbam um dos maiores problemas de saúde pública: o dos mortos e feridos em acidentes.

10

bilhões

de reais seriam necessários para recuperar estradas

Perdas econômicas e roubos de cargas agravam cenário

O Brasil paga um preço altíssimo pelas condições ruins em que estão suas estradas, ferrovias e portos. Mais precisamente, o dinheiro parado em estoques adicionais mantidos para compensar atrasos na entrega de mercadorias é superior a R\$ 100 bilhões por ano, de acordo com um levantamento do Centro de Estudos de Logística da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Boa parte do problema está nas péssimas condições das estradas, já que elas representam mais de 60% da matriz de transportes nacional – embora esse modal de transporte seja mais caro em longas distâncias do que o ferroviário e o hidroviário. Para comparar, tomemos países de dimensões aproximadas das nacionais: nos Estados Unidos, 26% da carga viaja por rodovias, enquanto na China essa proporção é de apenas 8%.

Hoje, a produtividade do nosso transporte rodoviário de cargas é um terço da média americana, por causa das pobres condições das estradas, que também massacram a frota de caminhões e põem em risco a vida dos motoristas. O crescimento econômico, é claro, fica seriamente ameaçado se o país não tiver condições de escoar a produção adequadamente.

Outro problema relacionado ao descaso com as rodovias, e que causa grandes prejuízos, é o roubo de cargas – flagelo que motivou até a criação de uma comissão parlamentar de inquérito no Congresso, em 2000. De acordo com a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC), o número de roubos e furtos de carga no Brasil aumentou 11,4% de 1999 a 2004 e os prejuízos saltaram de R\$ 420 milhões para R\$ 700 milhões (66,7% a mais).

Acidentes nas rodovias brasileiras matam 65 pessoas por dia

Os acidentes nas estradas brasileiras matam de imediato 35 pessoas por dia e ferem outras 417, das quais 30 acabam morrendo posteriormente. Tais estatísticas alarmantes constam do estudo "Morte no trânsito: tragédia rodoviária", realizado pelo SOS Estradas, programa de redução de acidentes do portal www.estradas.com.br.

A maior parte das mortes ocorre nas rodovias.

Embora em número menor, os acidentes nas estradas são muito violentos, provocando mais mortes e ferimentos graves.

As condições das estradas não são consideradas fator primordial na causa de acidentes. De acordo com dados da Polícia Rodoviária

Federal, de 106 mil acidentes ocorridos em 2003, pouco mais de 3 mil foram causados por defeitos na rodovia. Mas é claro que estradas esburacadas e mal sinalizadas contribuem para que ocorram falhas humanas.

Não raro o transportador ou caminhoneiro tenta compensar as perdas por causa de buracos, engarrafamentos ou roubos excedendo-se no volume de carga, na velocidade e nas horas trabalhadas. Tal postura acaba gerando um custo altíssimo para a sociedade. Embora representem aproximadamente 5% da frota nacional de veículos, os caminhões estão envolvidos em quase 30% dos acidentes com vítimas fatais.

30%

dos acidentes

com mortes envolvem caminhões, que são apenas 5% da frota

Situação precária

Avaliação feita em 82 mil quilômetros de estradas brasileiras em 2005 revelou que 72% deles estão em estado deficiente, ruim ou péssimo*



Governo fará leilão para mais sete concessões

Com investimentos anuais de mais de R\$ 1 bilhão, as rodovias sob concessão se tornaram as melhores do país. São quase 10 mil quilômetros mantidos por 36 empresas privadas, cuja receita provém principalmente da cobrança de pedágio. Numa avaliação feita pela Confederação Nacional dos Transportes em 2005, as rodovias privatizadas obtiveram nota média 4,3 – de uma pontuação possível de 5. As estatais receberam nota 2,6.

O governo prepara agora a concessão de outras sete rodovias federais. O edital foi lançado em fevereiro pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A privatização deverá render às futuras concessionárias receitas da ordem de R\$ 40 bilhões ao longo dos 25 anos de contrato. Desse total, o governo estima que R\$ 19,6 bilhões terão que ser investidos em obras de ampliação da capacidade de tráfego e na manutenção das rodovias. Outros R\$ 9,3 bilhões serão recolhidos a título de impostos diretos, segundo cálculos da agência.

As concessionárias vencedoras do leilão – previsto para maio – serão escolhidas pela cobrança da menor tarifa. No caso da rodovia Fernão Dias (que liga São Paulo e Belo Horizonte), o projeto prevê

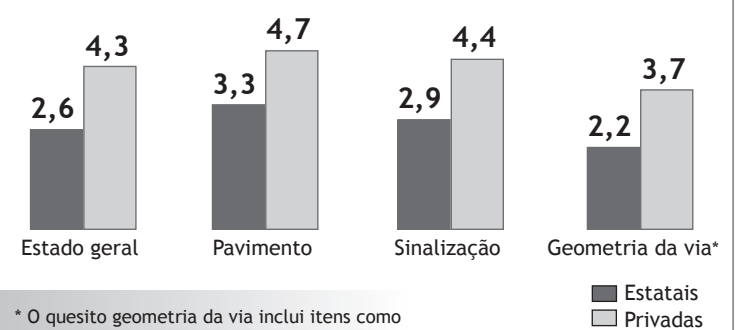
a instalação de oito praças de pedágio, com um valor máximo de R\$ 3,22 para cada uma.

A cobrança de pedágio, aliás, é o motivo ainda de grande resistência à privatização. Nos dois últimos anos, as concessionárias conquistaram vitórias importantes na Justiça, como o direito ao reajuste das tarifas no Paraná, congeladas por ordem do governo estadual. A decisão do Superior Tribunal de Justiça ratificou a validade dos contratos de concessão. O problema é que as disputas judiciais geram insegurança e podem inibir os investimentos.

Outro detalhe é que a privatização não parece ser uma solução definitiva para as estradas do país. O interesse da iniciativa privada em explorar rodovias é limitado, devido à demora no retorno dos investimentos. A Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias estima que apenas 15 mil quilômetros interessariam aos investidores privados no atual modelo de concessão. Uma solução possível para consertar as estradas seria recorrer às parcerias público-privadas (PPPs), permitidas por lei desde dezembro de 2004. Só falta elas saírem do papel.

Comendo poeira

As rodovias estatais ficaram muito atrás das estradas sob gestão privada numa avaliação feita em 2005. (notas de 1 a 5)



RODOVIAS Dois meses depois de iniciada a operação, menos da metade da previsão foi realizada, segundo o Dnit

Tapa-buracos cumpre 47% da meta



O governo federal iniciou em 9 de janeiro o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas estradas do país. Apelidado de operação tapa-buracos, o programa foi instituído por portaria do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) para intervir em quase 24 mil quilômetros em quase todos os estados. O investimento anunciado foi de R\$ 440 milhões. Desse total, um crédito extraordinário de R\$ 350 milhões foi liberado por força da Medida Provisória 276 – aprovada na Câmara na semana passada e que será agora apreciada pelo Senado.

De acordo com o Dnit, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, determinou que se trabalhasse para que os serviços de tapa-buracos fossem concluídos em 90 dias. Operações consideradas mais complexas poderiam se estender até o final deste semestre. Os últimos resultados divulgados

pelo Dnit, no começo de março (dois meses depois de iniciada a operação), dão conta de que 47% das obras previstas já foram concluídas.

Apesar do objetivo nobre, a iniciativa do governo recebeu inúmeras críticas. O próprio ministro dos Transportes admitiu em fevereiro que existem falhas nas operações tapa-buracos realizadas sem licitação – quase 7 mil quilômetros, em locais onde não havia contratos prévios com empreiteiras.

– Eu mesmo estive na BR-070 [DF/GO/MT] e encontrei problemas de obras malfeitas. Quem fizer a obra malfeita e fora das normas técnicas vai ter que refazer. A obra só vai ser paga depois de auditada pelo Dnit, pelo Exército, pela fiscalização do próprio ministé-

tério e do TCU [Tribunal de Contas da União] – disse o ministro, que esteve no Senado para debater a operação em reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Semanas antes, o TCU montara uma força-tarefa composta por cem auditores para fiscalizar os trabalhos emergenciais de recuperação.

– Nós vamos ser muito exigentes no que diz respeito aos valores, ao custo da obra, à escolha das empresas e também com relação à qualidade técnica das obras que serão realizadas – disse o presidente do tribunal, ministro Adylson Motta.

Ele prometeu “atenção especial” aos trechos de estradas que serão recuperadas sem licitação, verificando caso a caso se o contrato emergencial é justificado e os

critérios adotados para a escolha das empreiteiras.

– O fator primeiro para a dispensa da licitação é a imprevisibilidade. Se houver um fato da natureza que provoca

uma calamidade, então aí caracteriza uma emergência. Agora, uma situação que vem se arrastando há anos, de governo a governo, com completo desleixo pela conservação, é muito difícil de ser enquadrada como uma situação de emergência, porque é plenamente previsível o resultado a que se chegaria sem uma conservação das estradas. O abandono só leva à situação caótica em que se encontram hoje – afirmou Motta.

Mas o presidente do TCU sinalizou que o tribunal não irá interromper as obras se não houver irregularidades nos contratos ou problema na qualidade do serviço.

– Não queremos que o TCU seja acusado de interromper obras de utilidade pública – explicou.



Buracos cobertos na BR-070, na saída de Brasília: trabalho de emergência recebeu críticas e elogios

Senadores divergem sobre a operação

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) solicitou que o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) enviem urgentemente recursos para a recuperação de rodovias federais em Rondônia. Segundo o senador, a principal rodovia do estado, a BR-364 – que sai de Mato Grosso, corta Rondônia, o Acre e atinge a fronteira com o Peru – está intransitável devido às chuvas, o que causa grandes prejuízos à economia local.

Raupp lembrou que o estado de Rondônia não foi incluído na operação tapa-buracos, situação que, para ele, poderia ser revista agora pelo Ministério dos Transportes. O senador, porém, elogiara em discursos anteriores o ministério e, em particular, o Dnit, pelos investimentos que vêm sendo feitos para recuperação de estradas ao longo do país. Desse total, lembrou ele, uma grande parte está em situação crítica e será recuperada sem

licitação, porque precisa de um “tratamento de choque”.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a realização da operação sem a assinatura dos contratos com as empreiteiras. O parlamentar citou como exemplo que 80% dos contratos para obras em Minas Gerais ainda não tinham sido assinados, mesma situação encontrada no Paraná.

Já o senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu o plano de recuperação de rodovias, afirmando que “a precária situação da malha rodoviária onera em cerca de 6% o custo dos fretes em todo o país”.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) fez um apelo por um consenso sobre a recuperação das rodovias, lembrando que já entregou à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, a proposta de criação de um grupo de trabalho com autoridade para movimentar recursos a fim de solucionar urgentemente o problema.

– É necessária uma operação de guerra para recuperar as estradas. Não se restauram 20 mil quilômetros de estradas com rotinas convencionais – disse o senador.

Sobre a operação tapa-buracos, com a contratação de empresas para consertar as rodovias nacionais sem licitação, o parlamentar disse que, embora as obras sejam urgentes, é preciso que tenham qualidade e durem pelo menos seis meses.



Raupp cobra socorro à BR-364, mas elogia governo federal pelos investimentos

Como está a recuperação

A operação do governo, iniciada em 9 de janeiro, permitiu consertar até o momento 47,4% da extensão das estradas incluídas no programa. Veja a evolução por estado:

(Os números mais recentes são de 2 de março)

Estados	Extensão prevista (em km)	Extensão concluída	
		em km	em %
Alagoas	320,1	223,1	69,7
Amazonas	1095,3	85,6	7,8
Bahia	1450,7	181,2	12,5
Ceará	84,3	36,3	43,1
Distrito Federal	59,7	42,7	71,5
Espírito Santo	732,7	185,9	25,4
Goiás	2451,7	2081,5	84,9
Maranhão	2482,9	524,2	21,1
Mato Grosso	1289,2	879,0	68,2
Mato Grosso do Sul	1272,0	205,5	16,2
Minas Gerais	3388,9	2223,9	65,6
Paraíba	401,6	224,6	55,9
Paraná	653,3	268,1	41,0
Pernambuco	806,7	378,9	47,0
Piauí	289,8	47,9	16,5
Rio de Janeiro	1020,1	946,6	92,8
Rio Grande do Norte	550,0	186,5	33,9
Rio Grande do Sul	1567,8	904,6	57,7
Roraima	950,4	169,4	17,8
Santa Catarina	1725,4	703,1	40,7
São Paulo	823,9	621,0	75,4
Sergipe	320,1	48,5	15,2
Tocantins	137,4	137,4	100,0
TOTAL	23874,0	11305,5	47,4

Fonte: Dnit

Brasil não gasta nem 0,5% do PIB com transporte

O grande problema das estradas brasileiras é de ordem financeira: os investimentos simplesmente não são realizados na escala necessária. Trata-se dos investimentos em obras de infra-estrutura de transporte de uma maneira geral. As mazelas são piores nas rodovias, obviamente, porque elas representam mais de 60% da matriz nacional de transportes.

Na década de 70, o Brasil investia em média 3% do produto interno bruto (PIB) por ano em infra-estrutura de transportes, de acordo com um estudo feito pela Fundação Dom Cabral, de Belo Horizonte. O montante aplicado caiu para 1,2% nos anos 80 e para 0,8% na década 90. Desde 2000, os investimentos caíram para menos de 0,5% do PIB.

A fonte de dinheiro para o governo investir na malha rodoviária era o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos. Mas o imposto foi extinto no final da década de 80.

Como promessa de solução,

foi criada a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que funciona mais ou menos como o antigo imposto sobre combustíveis e lubrificantes. O dinheiro arrecadado com a Cide passou a ser injetado no Fundo Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Fnit), criado em 2002.

Trata-se de uma máquina de arrecadação de dinheiro. O total coletado no ano passado, até setembro, foi de R\$ 5,8 bilhões, frente a uma arrecadação total anual estimada em R\$ 7,6 bilhões. O montante arrecadado pela Cide desde o início da cobrança, há quatro anos, foi de R\$ 28,2 bilhões.

O grande problema é que, apesar da destinação constitucional da Cide para investimentos na infra-estrutura de transportes, apenas uma parcela de 23,9% (R\$ 6,7 bilhões) da arrecadação

foi investida em transporte. O restante do dinheiro (76,1%) foi essencialmente usado para alimentar o superávit primário do governo.

Estima-se que seriam necessários de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões para recuperar o 1,9 milhão de quilômetros de estradas brasileiras – 99,5% das quais sob gestão federal, estadual ou municipal.

Pelo orçamento da União para 2006, que ainda não foi aprovado, deverão ser destinados R\$ 4,4 bilhões ao Departamento Nacional de Infra-

Estrutura de Transportes (Dnit) para fins de investimento (em obras e compra de materiais e equipamentos). Espera-se que o governo pelo menos cumpra essa previsão orçamentária. Num ano de eleições, as pressões para asfaltar estradas devem dar o estímulo que vem faltando às autoridades responsáveis.

23,9%
da Cide
Foi o que o governo já investiu, de um total de R\$ 28,2 bilhões

COMISSÕES Projeto que incentiva empresas a estenderem licença-maternidade até seis meses é tema de debate

Licença maior só depende dos patrões



O projeto que cria o Programa Empresa Cidadã, que permite às empresas a dedução integral de Imposto de Renda do valor da remuneração paga à empregada, se prorrogarem por mais 60 dias a licença-maternidade constitucional de quatro meses, foi discutido em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na semana passada. Na presidência da reunião, a autora do PLS 281/05, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), prometeu fazer uma campanha pela responsabilidade social das empresas, encaradas pela maioria como o principal obstáculo à adoção da medida.

Depois de aprovado na CDH, o projeto pode seguir diretamente para a Câmara. A proposta conta com mais de 200 mil assinaturas

de apoio – além de médicos e aspirantes a mães (interessados diretos), empresas e entidades como a Bolsa de Valores de São Paulo e a Fundação Abrinq, que reúne 162 empresas do ramo de brinquedos, apóiam o projeto.

Patrícia Saboya sabe que a saída está na articulação. Em agosto passado, a senadora visitou, em São Paulo, a Federação do Comércio (Fecomércio), o Centro (Ciesp) e a Federação das Indústrias (Fiesp). Ela pretende pedir agora o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) à sua proposta. Para isso, conta com a articulação do senador e diretor da CNI Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que prometeu marcar audiência e lutar pelo apoio dos empresários filiados à entidade.

Os empresários não são contra o projeto, até porque ele apenas faculta aos patrões a prorrogação da licença, mas avaliam que o incentivo fiscal oferecido pelo texto não compensaria a ausência das funcionárias por dois meses do trabalho. Eles temem ainda que a proposta dificulte

Atriz Maria Paula apóia a iniciativa



Presidida por Cristovam (4º à esq.), audiência sobre o projeto de Patrícia (3ª à esq.) atraiu mães

o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

– Não podemos desmerecer a competitividade. Mas ninguém é contra o projeto – afirma o assessor jurídico da presidência da Fiesp, Hélcio Honda, acrescentando que a legislação brasileira é bastante avançada em relação à de outros países.

Entre os participantes da audiência pública, que contou com a presença da madrinha da Semana da Amamentação, a atriz Maria Paula, do programa de TV *Casseta & Planeta*, não faltaram manifestações de apoio ao projeto.

O relator da proposta, senador Paulo Paim (PT-RS), lembrou,

emocionado, das histórias que ouviu de sua mãe, que era operária numa fábrica que produzia compensados de madeira. Para amamentá-lo, a mãe de Paim contava com a ajuda dos vizinhos que o levavam no colo até a fábrica para que fosse amamentado pela mãe.

O presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Dioclésio Campos Júnior, disse que estava representando 36 mil pediatras na campanha pela aprovação do projeto. A SBP se baseia em argumentos científicos para defender a extensão da licença-maternidade para seis meses. Segundo pesquisas

de neuropediatria, a primeira infância é o período no qual se constrói toda a estrutura psíquica da pessoa. São seis meses que determinam a vida toda, daí a presença da mãe ser tão importante nesse período.

– Queremos fortalecer os vínculos entre mãe e filho porque já sabemos que dessa maneira estaremos prevenindo desde síndromes metabólicas até comportamentos agressivos – explicou.

Para o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Joelson Dias, o projeto é uma bandeira também da entidade e faz parte da luta para aprimorar a proteção aos menores.



CÉLIO AZEVEDO

Tire as dúvidas sobre o projeto

► **O projeto amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses?**

Não. A licença é fixada pela Constituição federal e só pode ser modificada por uma emenda constitucional. O projeto cria um programa que dá o título de Empresa Cidadã àquelas que prorrogarem a licença-maternidade das funcionárias em 60 dias, em troca de incentivos fiscais.

► **O benefício é para qualquer mulher trabalhadora?**

Para todas as funcionárias de empresas privadas que requererem o benefício antes do fim do primeiro mês pós-parto.

► **E o pagamento dos salários**

nos dois meses adicionais?

Será integral como nos outros meses de licença.

► **Que tipo de incentivo será dado às empresas?**

As pessoas jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda integralmente o valor da remuneração da funcionária nesses 60 dias. Mas o valor da renúncia fiscal só será definido pelo governo 60 dias após a aprovação da lei.

► **A mãe pode assumir outro trabalho nesses dois meses?**

Não. Se a mãe exercer qualquer outra atividade remunerada ou deixar a criança em creches, ela perderá o benefício imediatamente.

Renúncia fiscal seria de R\$ 500 milhões

Números preliminares fornecidos pela Consultoria Legislativa do Senado ao gabinete da senadora Patrícia Saboya revelam que, se todas as empresas aderissem e desfrutassem dos incentivos previstos no projeto, o governo federal teria de promover uma renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 500 milhões, quantia que nem a senadora nem o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria consideram relevante.

– Antes das cifras, vêm as nossas crianças. Jamais o Brasil será um país justo e livre enquanto não der prioridade absoluta às crianças. Estaremos dando a elas uma oportunidade de vida muito melhor – defende a senadora.

Os argumentos econômicos podem ser um empecilho à sua ado-

ção, acreditam senadores como o presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele afirmou, na audiência pública, que, pela “lógica perversa da economia”, o nascimento de novos brasileiros é visto como uma queda na renda *per capita* do país, quando deveria ser visto como uma forma de crescimento da nação.

Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que, com a queda da média de nascimentos por casal para dois ou três filhos e os incentivos fiscais previstos no projeto, a razão econômica não deverá criar obstáculo da parte

dos empresários.

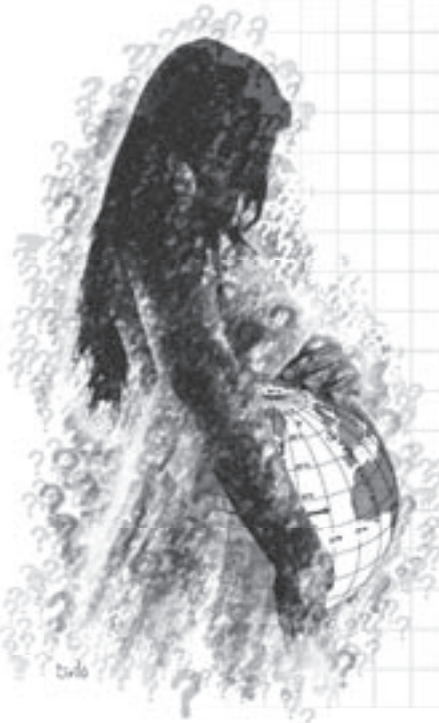
Para os que acham que uma creche no local de trabalho da mãe resolve o problema da ausência materna, os especialistas são taxativos: nada substitui o contato permanente com a criança.

– Algumas empresas já adotam esse sistema, que facilita, por exemplo, a necessidade da amamentação.

Mas ele não é o ideal. Não é recomendável que bebês com menos de seis meses vão para a creche. Essa é apenas uma alternativa, já que as mães têm que voltar a trabalhar compulsoriamente – diz o presidente da SBP, Dioclésio Campos Jr.

Para Cristovam, argumentos econômicos podem ser um empecilho

COMO É A LICENÇA PELO MUNDO



(*) a serem divididas entre mãe e pai. O pai pode ceder 25 semanas para a mãe. Salário integral nas 13 primeiras semanas e 80% nas restantes.

FONTE: Estudo *The World's Women: Trends and Statistics de 2000*, da Organização das Nações Unidas (ONU)



COMISSÕES

Especialistas discutem impactos da gripe aviária

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar audiência pública para discutir a gripe aviária e suas prováveis consequências para o Brasil. A CAS aprovou dois requerimentos, de Paulo Paim (PT-RS) e de Papaléo Paes (PSDB-AP), para debater o assunto em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Conforme Paim, o objetivo é discutir essa epidemia sob os aspectos social, econômico e da saúde. E destacou que, segundo especialistas, cerca de 50 milhões de pessoas poderão morrer vítimas da gripe aviária, nos próximos 18 meses.

Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, subordinada à CAS, Papaléo ressalta a importância da audiência pública.

– O Senado deve fazer parte do debate, utilizando todos os meios de comunicação disponíveis para que mais pessoas

sejam informadas – propôs.

O senador apontou as implicações da doença para a vida da população, os graves prejuízos ao agronegócio, especialmente aos criadores de aves, e o receio de uma pandemia mundial.

Segundo a líder do PT, Ideli Salvatti (PT-SC), o governo tem adotado medidas para enfrentar uma possível contaminação no país, como o treinamento de 1,7 mil técnicos. O Ministério da Agricultura, acrescentou, lança, nesta terça-feira, plano de prevenção da gripe aviária.

Participação acionária da Petrobras

A CAS realiza ainda audiência para discutir as negociações relativas à participação acionária da Petrobras na indústria petroquímica Braskem e a entrega de ativos da primeira no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. Sugerida por Paim, a reunião será realizada na sexta-feira.



Papaléo aponta implicações para a população, em caso de epidemia no país, e os prejuízos para a avicultura nacional

Novos prédios devem ter instalação elétrica mais segura

Sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, bem como tomadas com o terceiro contato correspondente, poderão ser equipamentos obrigatórios nas novas edificações. Essas providências, que visam proteger o usuário dos serviços de energia elétrica, estão previstas no projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que teve parecer favorável de Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A proposta (PLC 64/00), de autoria do então deputado Freire

Júnior, já foi aprovada nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O projeto torna obrigatória ainda a existência de condutor-terra de proteção e adaptador macho tripolar nos aparelhos elétricos com carcaça metálica e nos aparelhos sensíveis a variações bruscas de tensão produzidos ou comercializados no país.

O objetivo da matéria, segundo justificativa do autor,

é proteger os usuários dos serviços de energia elétrica, por meio da instalação, nos prédios em construção, do condutor-terra. Essa exigência, de acordo com o então deputado, já vem sendo adotada em vários países.

Em seu parecer, Lúcia Vânia lembra que a medida poderia reduzir o grande número de acidentes causados pela falta de sistemas adequados de aterramento.

– Não havendo as necessárias características nos prédios construídos, a fabricação de aparelhos mais seguros vem sendo adiada. Em consequência, multiplicam-se os acidentes pessoais e os danos materiais – afirmou a senadora.

A proposta, que vai a Plenário, foi elogiada por Wellington Salgado (PMDB-MG) e Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador Augusto Botelho (PDT-RR) observou que a matéria também reduzirá as despesas dos consumidores com equipamentos de proteção contra a queima de aparelhos elétricos.

Medida visa proteger os usuários dos serviços de energia elétrica



Especialistas debatem na Comissão de Assuntos Econômicos a constitucionalidade da Super-Receita

Super-Receita sob questionamento

A constitucionalidade do projeto de lei que cria a chamada Super-Receita voltou a ser o tema principal dos debates promovidos pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir o PLC 20/06. Na segunda audiência pública, realizada na última terça-feira, estavam dois ex-secretários da Receita Federal. Osiris Lopes Filho mostrou-se contrário ao projeto e apontou para o caráter autárquico da Previdência Social, que não poderia perder sua autonomia e ficar totalmente submetida aos interesses da União. Já Everardo Maciel defendeu a proposta, destacando os ganhos de eficiência que adviriam da arrecadação e fiscalização da Receita Federal e da Previdência.

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reiterou a posição de Osiris Lo-

pes Filho. O diretor da entidade, Vladimir Lourenço, apresentou o resultado de um grupo de trabalho da OAB que apontou inconstitucionalidades do projeto, inclusive que a mudança exigiria lei complementar e não ordinária, como foi encaminhado. Esse parecer da OAB já havia sido apresentado pelo representante dos auditores-fiscais da Receita Federal, contrários à unificação.

Everardo Maciel discorda da interpretação e defende a constitucionalidade do PLC 20/06. Para ele, a referência ao caráter descentralizado da Seguridade Social, presente no artigo 194 da Constituição, “não autoriza concluir que essa instituição tem caráter autárquico”. Ele ressaltou que, “quando se trata da saúde e

da Assistência Social, que junto com a Previdência formam a Seguridade Social, ninguém se pergunta quanto à forma como são administradas”.

Everardo salientou que o projeto reestrutura a organização da administração fazendária do

país, o “que privilegia a eficiência”.

Ele acrescentou que “a administração integrada dos fiscos é uma tendência universal”. Na mesma linha de raciocínio, o presi-

dente da Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Previdência Social (Fenafisp), Renato Albano Jr., destacou que a integração foi implementada “com sucesso na Inglaterra, Irlanda e Suécia”.

A CAE voltará a debater o projeto no dia 28, com várias entidades e juristas.

Para OAB, lei que unifica Receita Federal e Previdência é inconstitucional

Embaixadores apresentam prioridades

A prioridade concedida pelo governo brasileiro ao relacionamento com a América do Sul e os países lusófonos foi reiterada na quinta-feira, na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), pelos embaixadores indicados para o Chile, o Uruguai e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Os nomes dos diplomatas foram aprovados por unanimidade e serão submetidos ao Plenário.

A ampliação do comércio bilateral foi apontada como uma das prioridades do embaixador indicado para o Chile, Mário Vilalva. Ele sugeriu a busca de nichos pelos exportadores, como ocorreu recentemente com a venda de ônibus brasileiros para o plano de transporte de Santiago.

A retomada do crescimento econômico, desta vez do Uruguai, também foi tema da exposição do embaixador indicado para Montevidéu, José Eduardo Martins Felício. Depois da crise financeira experimentada pelo país vizinho em 2002, relatou, a economia vem retomando ritmo e cresceu 6,6% em 2005.



Azeredo (segundo à direita) preside reunião na CRE que ouviu Mário Vilalva (E), José Eduardo Felício e Lauro Barbosa Moreira

Atual diretor da Agência Brasileira de Cooperação, o embaixador indicado para a CPLP, Lauro Barbosa da Silva Moreira, ressaltou em sua exposição os projetos de cooperação de iniciativa brasileira realizados em países africanos e no Timor Leste, nas áreas de saúde, educação e formação profissional.

Acordos com países da América Latina, Ásia e África

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) acolheu 23 projetos de decreto legislativo sobre as relações bilaterais entre o Brasil e países da América Latina, Europa, Ásia e África. Entre as propostas aprovadas está acordo de cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear

assinado entre o Brasil e o Chile e o protocolo firmado com a Argentina sobre circulação de produtos alimentícios.

Também foram acolhidos o texto do acordo entre o Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), permitindo que se estabeleça no Brasil a secretaria

permanente da organização, e o projeto de resolução que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Áustria.

No campo do turismo internacional foram aprovados cinco projetos, celebrando acordos entre o Brasil e, respectivamente, o Peru, a Romênia, a Estônia, o Líbano e a Índia.

COMISSÕES



Antonio Carlos, Jefferson Péres, Suplicy e Demostenes em reunião da Comissão de Justiça

Projeto impede fraude na reforma agrária

Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária poderão passar a receber somente títulos de concessão de uso das terras que ocupam e não mais de domínio, documentos que podiam ser negociáveis após dez anos. A alteração é prevista na proposta de emenda à Constituição (PEC 59/03) do senador Sibá Machado (PT-AC), aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC segue agora para o Plenário e passará a figurar na Carta se for aprovada em dois turnos de votação nas duas Casas do Congresso.

Sibá alega que vários beneficiários da reforma agrária vendem seus lotes depois que recebem seus títulos de domínio, para poderem voltar a pleitear lote em outro assentamento.

– Não raro, a destinação de terras pela reforma agrária tem os seus objetivos frustrados, retornando as parcelas ao antigo proprietário desapropriado, que, após receber indenizações milionárias, recompra a terra dos assentamentos por

um preço vil – afirmou Sibá.

O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), lembrou que faltam fiscais para acompanhar a implementação das condições pactuadas nos títulos de domínio.

– Também não existem, em número suficiente, equipamentos e veículos para o monitoramento dos processos subsequentes ao da titulação de domínio – explicou Simon.

(leia mais sobre reforma agrária na página 18).



Sibá Machado

Propostas redistribuem recursos federais

A CCJ também aprovou, na mesma reunião da semana passada, duas outras propostas de emenda ao artigo 159 da Constituição para aumentar a arrecadação tributária de estados e municípios. A primeira permite aumento nos fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM) e a segunda visa atenuar

– Muitos municípios brasileiros não conseguem sequer pagar o 13º salário, quanto mais investir em programas nas áreas de saúde e educação, entre outros. O dinheiro dos municípios e estados tem sido desviado para finalidades muito menos importantes – afirmou Osmar Dias.

Para o relator, o projeto resgata o espírito da Constituição federal de 1988.

– Esses valores seriam suficientes para resgatar o espírito da Constituição, no que ela representa de descentralização da atividade governamental e, conseqüentemente, de aproximação entre a população brasileira e o seu governo – destacou Juvêncio.

Sibá Machado (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC) votaram contra. Para Ideli, “essas contribuições sociais que vão para a União dão sustentabilidade a nossa seguri-

dade social, que vai sofrer com as perdas, prejudicando exatamente as regiões e municípios mais pobres”.

A CCJ também aprovou parecer do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) à proposta, cujo primeiro signatário é o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que determina a transferência aos estados, ao DF e aos municípios de parte do produto da arrecadação do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais no exterior (PEC 58/05).

Pela matéria, 30% desses impostos passarão a ser transferidos para os estados e o DF, dependendo do saldo positivo anual de suas balanças comerciais no exterior, limitada a participação de cada unidade federada a 10% do saldo que produzir. A PEC determina ainda que esses novos tributos sejam aplicados em infra-estrutura destinada, preferencialmente, ao fomento das exportações.

Estados e municípios serão beneficiados pelas mudanças

Paulo Lacerda, da PF, apresentará novo modelo de passaporte

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou a realização de audiência pública para que o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, apresente a nova tecnologia do passaporte brasileiro, que

contém maiores requisitos de segurança e integra o sistema de controle de fronteiras. A iniciativa é do presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO). Marcada para o dia 28 de março, a reunião terá a presença do pre-

sidente e do diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), respectivamente Wagner Quirici e Sérgio Rosa.

A comissão realizará também audiência para discutir e propor medidas relacio-

nadas com a entrada em vigor da lei que instituiu a taxa de controle e fiscalização ambiental. A proposta para discussão da matéria é do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). A data da reunião ainda não foi marcada.

Servidores de ex-territórios podem ganhar isonomia

Em decisão terminativa, a CCJ aprovou projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que autoriza o Executivo a enquadrar os servidores dos ex-territórios federais das áreas de saúde, educação, meio ambiente e fiscalização, atualmente à disposição dos governos estaduais, em órgãos e entidades da administração pública federal.

Segundo Sarney, o PLS 130/05 corrige uma injustiça, ao colocar em prática o princípio constitucional da isonomia.

– Os servidores públicos dos ex-territórios têm ficado inteiramente à margem dos planos de carreira setoriais implantados pela atual política de recursos humanos do governo, com graves prejuízos financeiros e profissionais – enfatizou.

O relator da proposta, senador Edison Lobão (PFL-MA), disse que a União “não pode deixar privados de amparo os servidores, apenas porque prestam serviços aos estados, na condição

de cedidos”.

Também o senador Romeu Tuma (PFL-SP) observou que a aprovação da matéria “é uma questão de justiça”. E o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao elogiar a decisão, comentou que esses funcionários são tratados como “peso morto”.

Já a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), mesmo tendo votado a favor da proposição, informou que vai requerer à Mesa o envio do projeto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), apesar de ele ser terminativo da CCJ. Além disso, pode haver recurso para exame do Plenário, antes de o PLS ser remetido à Câmara.

– É preciso que a CAE se posicione sobre os impactos econômicos desse projeto, pois cerca de 20 mil pessoas serão beneficiadas com essa isonomia de tratamento, causando um prejuízo de cerca de R\$ 300 milhões aos cofres públicos – explicou Ideli.

Criados juizados especiais da Fazenda Pública

Os brasileiros poderão passar a contar com juizados especiais da Fazenda Pública, a exemplo dos já conhecidos juizados especiais cíveis e criminais e dos juizados especiais federais. O substitutivo do senador João Batista Motta (PSDB-ES) ao projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) foi aprovado pela CCJ em decisão terminativa.

De acordo com Valadares, a partir da criação dos tribunais especiais, será possível impugnar, por exemplo, lançamentos fiscais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), anular multas de trânsito indevidamente aplicadas, bem como atos de postura municipal, entre outros.

Pelo substitutivo, os juizados terão competência para apreciar causas em que sejam réus órgãos estaduais, municipais ou do DF. O valor máximo para as causas é de até 40 salários mínimos (30, no caso dos municípios).

No entanto, o juizado não poderá julgar ações populares, de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, por improbidade administrativa e execuções fiscais, entre outros. Tampouco poderá analisar ações que tenham por objeto bens imóveis dos estados, do DF, dos territórios e municípios, bem como das autarquias e fundações públicas a eles vin-



ROSEWELT PINHEIRO

Para Valadares, juizados permitirão melhores recursos contra cobranças indevidas

culadas. As causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares também deverão ficar fora das competências dos juizados especiais.

Contratos da Caixa serão investigados

A CCJ também aprovou dois requerimentos de autoria dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM), solicitando à Caixa Econômica Federal cópias integrais dos processos e respectivos contratos de aquisição de carteiras de crédito consignado, firmados em 2005, e informações sobre o histórico das aquisições de certificados de depósitos bancários pelos fundos de investimentos administrados pela Caixa e emitidos pelo BMG, no mesmo ano.

COMISSÕES

Pesquisadores defendem valorização do salário mínimo

A implantação de uma política permanente de reajuste do salário mínimo depende de vontade política. A afirmação foi feita pelo diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, durante debate na Comissão Mista do Salário Mínimo, criada no fim do ano passado e que tem como relator o senador Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com ele, desde 1988 nenhum governo se preocupou em garantir o cumprimento do preceito constitucional segundo o qual o valor da remuneração básica deveria atender às necessidades vitais do trabalhador e sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Para Frederico Melo, pesquisador do Departamento Intersindical

de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a formulação de uma política permanente de reajuste do salário mínimo poderia atuar como um instrumento de justiça social e de desenvolvimento econômico.

– O salário mínimo iria estimular a economia e a desconcentração produtiva da indústria. A política do salário mínimo deve estar acoplada a uma política industrial e a um esquema que desonere a cesta básica.

Para Flávio Vaz, também do Diap, não há como falar em distribuição de renda sem aumentar a remuneração dos trabalhadores mais pobres do país. Ele também disse que não é possível haver inclusão previdenciária de profissionais autônomos com a contribuição de 20% estabelecida pela atual legislação.



Antônio Queiroz (D), do Diap, depõe na Comissão Mista do Salário Mínimo, que tem na relatoria o senador Paulo Paim (E)

Heloísa Helena cobra promessa de dobrar poder de compra

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que, caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fosse cumprir a promessa de dobrar o poder de compra do salário mínimo, este deveria ser elevado para R\$ 571 no próximo 1º de maio, e não para R\$ 350, conforme já anunciado pelo governo.

A senadora disse que, para dobrar o poder de compra do salário mínimo, o governo federal teria de recompor os 19% de perdas inflacionárias, além de conceder “um aumento real” de 26%.

Heloísa refutou as alegações do governo de que um salário maior que R\$ 350 causaria impacto na folha de salários do setor público.

– Essa migalha dada pelo governo não atende sequer ao compromisso de campanha

de Lula, de dobrar o poder de compra do salário mínimo. É absolutamente ridículo dizer que não se pode pagar – sustentou a senadora.

Segundo Heloísa, o impacto do aumento para R\$ 571 na folha dos servidores públicos federais que ganham até 1,5 salário mínimo (1% do total) seria de apenas 0,09%. Já na esfera estadual, afirmou a senadora, o percentual na mesma faixa salarial é de 6%, mas o impacto seria de apenas 0,9%. Em âmbito municipal, 25,5% estão na faixa e o aumento oneraria em 7,1% as folhas de pagamento.

– Se aumentassem em 0,5% o Fundo de Participação dos Municípios, ou se reduzisse em 0,1% o superávit, seria possível que o salário mínimo fosse para R\$ 571 já agora em 1º de maio – garantiu Heloísa Helena.



Ziulkoski (D) fala à Comissão de Educação, ouvido por Gerson Camata, Garibaldi Alves e Cristovam

Fundeb pode fracassar, temem os municípios

O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, alertou para a possibilidade de se repetir, no caso da educação, a indefinição de recursos federais que hoje afeta os estados exportadores. Da mesma forma que eles precisam lutar todos os anos para obter verbas que compensem isenções a suas exportações, disse ele, os municípios poderiam ser obrigados a disputar recursos federais teoricamente destinadas ao futuro Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

– De onde virá o dinheiro da União para o Fundeb? Se isso não for estabelecido, poderemos ter uma nova Lei Kandir – advertiu Ziulkoski, durante audiência pública conjunta sobre a proposta de criação do Fundeb, realizada pela Comissão de Educação (CE) e pela Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, ligada à

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As análises e conclusões da audiência pública serão encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deverá votar nos próximos dias a proposta de emenda à Constituição que estabelece a criação do Fundeb.

O presidente da confederação pediu ao Senado que analise com cautela a proposta de estabelecimento do Fundeb e defendeu a divisão do fundo em três partes, destinadas à educação infantil, à educação fundamental e ao ensino médio. Caso se mantenha a tese de fundo único, previu, poderá ocorrer drenagem de recursos do ensino fundamental tanto para a educação infantil quanto para o ensino médio. O mesmo risco foi apontado pelo presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo, João

Guerino Balestrassi.

Ao atuar como expositor durante a audiência, o ex-ministro da Educação e senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que ninguém deveria ser contra a criação do Fundeb. Ele observou, porém, que a iniciativa deveria vir acompanhada de um programa de metas

para a educação. Entre esses objetivos, ele citou alguns já traçados no início do atual governo, como a matrícula garantida a todas as crianças de quatro anos e a oferta de

ensino fundamental em horário integral.

– O problema da educação não é só de dinheiro, mas sobretudo de medidas práticas. Se chovesse dinheiro nas escolas, elas só melhorariam um pouco, pois esse dinheiro teria que ser canalizado corretamente por meio de metas – sustentou Cristovam.

Problema é que repasses de recursos federais podem não ocorrer

Redução de gasto preocupa José Jorge

Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da PEC que cria o Fundeb, o senador José Jorge (PFL-PE) alertou, da tribuna, para o risco de queda no gasto por aluno após a implantação do Fundeb, que vai substituir o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), criado em 1996.

O Fundef destina verbas estaduais, municipais e federais para melhoria do ensino que vai da 1ª à 8ª série. Já o Fundeb vai estender os benefícios aos alunos

dos ensinos infantil e médio

O Fundef atende hoje a 30 milhões de alunos e, com a ampliação, o atendimento pode chegar a 50 milhões. Para isso, o fundo passará a contar com mais dinheiro estadual, municipal e federal. O problema, conforme José Jorge, é que o governo federal tem destinado a cada ano menos dinheiro ao fundo.

– Enquanto estados e municípios participam com R\$ 30 bilhões, a União vem direcionando ao Fundef irrisórios R\$ 400 milhões – informou.

Pela lógica, continuou o senador, com mais alunos no sistema deveria haver mais dinheiro, especialmente federal, mas não há no projeto garantia quanto a isso.

Para tentar evitar o pior, segundo o relator da PEC, já existe até uma emenda ao projeto que proíbe qualquer redução do gasto por aluno. Os senadores já fizeram duas audiências públicas para discutir o Fundeb e ainda podem ser realizadas outras antes da votação do novo fundo, de acordo com o relator.

Proposta cria junta para analisar decisões dos juizes de futebol

A possibilidade de criação de uma junta de árbitros de futebol para julgar recursos contra decisões como a marcação de um pênalti será debatida em audiência pública da Comissão de Educação (CE). O colegiado aprovou requerimento nesse sentido apresentado pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

Para discutir o assunto, em data ainda a ser marcada, serão convidados, entre outros, o ministro do Esporte, Agnelo Quei-

roz, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, e o presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol, José de Assis Aragão, além de um representante da Federação Internacional de Futebol (Fifa).

O requerimento elaborado por Wellington consta de parecer apresentado por ele à Indicação 1/05, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que sugere à comissão a realização de debate sobre a chamada

Regra 5 do futebol, que trata dos árbitros. Em favor de sua proposta, Tião Viana lembra diversas denúncias de existência de “complexos esquemas de corrupção destinados a fraudar resultados”.

A junta de árbitros sugerida pelo parlamentar estaria presente no campo de jogo e julgaria recursos interpostos pelo capitão do time que se julgar prejudicado, nas hipóteses de penalidade máxima, expulsão de jogador e validação de gol.

A CE acolheu ainda, em decisão terminativa, substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ao PLS 462/03, do senador José Jorge (PFL-PE), que trata do ensino a distância. Segundo o texto aprovado, serão garantidos custos de transmissão reduzidos para a atividade não apenas nos canais comerciais de rádio e TV, mas também em “outros meios de que sejam executados e explorados mediante concessão do Poder Público”.

CRISE POLÍTICA Depoimento de empregado, interrompido por decisão do STF, impressiona os senadores

Caseiro confirma: Palocci foi à casa



Mesmo tendo seu depoimento interrompido por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, teve tempo para confirmar à CPI dos Bingos que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, esteve na casa do Lago Sul, em Brasília, alugada por seus ex-assessores em Ribeirão Preto em 2003.

Na casa onde Nildo, 24 anos, trabalha há sete, seria realizada a repartição de grandes quantias de dinheiro. As muitas notas de R\$ 50 e R\$ 100 seriam carregadas em uma maleta pelo assessor Vladimir Poletto, especialmente nos dias em que eram feitos pagamentos.

Lá também ocorriam festas regulares “pelo menos duas vezes por semana”, segundo o caseiro. O ministro iria lá no período da noite, mas ele o teria visto pelo menos uma vez à tarde jogando tênis.

– O dinheiro forrava até o fundo da maleta do Vladimir – afirmou o caseiro, que resolveu contar o que sabia após alegarem que ele teria viajado com o assessor especial de Palocci, Ademirson Ariovaldo da Silva, para São Paulo em alguma “missão”.

Ele lembrou ainda que uma vez acompanhou o motorista Francisco das Chagas Costa ao Ministério da Fazenda para que fosse feita a entrega – a mando de Vladimir Poletto – de um pacote cheio de dinheiro a Ademirson.

Diante de uma série de fotos de pessoas que freqüentariam a casa, Nildo reconheceu Rogério Buratti, Ralf Barquete, Ademirson e até mesmo Juscelino Dourado, ex-chefe de gabinete de Palocci.

Quando lhe mostrou a foto de Poletto, ele disse: “Esse é o meu patrãozinho”. Já na vez de Palocci, afirmou: “Esse é o chefe” – maneira, segundo Nildo, como

todos se referiam ao ministro. Ele também afirmou que ouviu Poletto conversando com o empresário angolano de jogos Arthur Valente de Oliveira Caio, que de acordo com denúncias de Buratti teria, junto ao seu sócio, realizado a doação de R\$ 1 milhão para a campanha presidencial do PT.

Também teria sido citado o nome da empresa Leão Leão, de Ribeirão Preto, quando do atraso de um dos pagamentos de salário.

Nildo começou a falar – após duas horas de discussão sobre se o depoimento deveria ser fechado – dizendo que ele é apenas um caseiro e que “o homem lá” é um ministro, mas que se fosse hoje teria tirado foto dele para que não houvesse dúvidas sobre o que diz. “Confirmo até morrer o que disse”, afirmou à senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

Apesar de muitos senadores

terem manifestado preocupação com a exposição da vida íntima do ministro, e de um pré-acordo para que não fossem feitos questionamentos sobre as festas na casa, o caseiro confirmou que mulheres freqüentavam o local e que uma delas teria sido o motivo da briga de Palocci com seu ex-secretário de governo em Ribeirão Preto, Rogério Buratti, conforme afirmação do motorista Francisco.

O jeito humilde e as roupas de um homem simples deram credibilidade ao depoente, que convenceu boa parte dos senadores. “Se a sessão tivesse sido fechada seríamos mais uma vez condenados pela opinião pública, porque



Nildo, mostrando convicção diante da CPI: “Confirmo até morrer o que eu disse”

este homem simples disse a total verdade como testemunha ocular dos fatos ocorridos” avaliou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Lula garante apoio e PT defende ministro

Frente aos rumores de sua saída do Ministério da Fazenda, motivados por denúncias relativas a seu suposto envolvimento com ex-assessores da “república de Ribeirão Preto”, em Brasília, Antonio Palocci tem trabalhado para se manter equilibrado na corda bamba em que se encontra.

Ele teria conversado com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que o aconselhou a manter “cabeça fria”, principalmente nesta largada do período eleitoral, quando também são iniciados os bombardeios adversários.

– Acredito que o Palocci é maior de idade e está muito tranqüilo para resolver essas denúncias, que são evasivas. Já estamos acostumados a isso – disse o presidente, confirmando que o ministro continuará em sua cadeira.

As afirmações do motorista Francisco das Chagas Costa e do

caseiro Francenildo Santos Costa foram incansavelmente repudiadas e negadas pelo ministro da Fazenda na semana passada. Ratificando o que disse em depoimento à CPI dos Bingos, Palocci declarou que nunca esteve na movimentada casa do Lago Sul, alugada por Vladimir Poletto.

Lembrou ainda que não poderia ter chegado lá dirigindo, visto que nunca teria assumido o volante em Brasília.

Os senadores do PT, antes do depoimento do caseiro Francenildo Costa, fizeram questão de defender a honra e a conduta do ministro. “Conheço Palocci há muitos anos e sua conduta histórica deveria ser considerada neste momento”, ponderou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O comparecimento do caseiro à CPI foi um dos mais fortes embates na CPI. Sua convocação foi aprovada por oito votos a seis,

inclusive com o apoio do senador petista Eduardo Suplicy (PT-SP), o que irritou outros senadores do partido e o Palácio do Planalto, que solicitou à comissão a lista com o voto de cada senador.



Ministro Palocci foi aconselhado pelo presidente Lula a manter a “cabeça fria”

Denúncias endossadas por motorista e delegado

Pela segunda semana consecutiva, as denúncias que envolvem o homem mais importante da equipe econômica do governo nortearam os trabalhos da CPI dos Bingos, que, entre outras frentes, investiga as supostas irregularidades na prefeitura de Ribeirão Preto, especialmente quando ela esteve sob o comando de Palocci.

Há duas semanas, o depoimento do ministro à comissão foi contraditado pelo motorista Francisco das Chagas Costa, que durante mais de um ano transportou em Brasília membros da chamada “república de Ribeirão Preto”.

O motorista afirmou que viu, três vezes, o ministro entrar na casa do Lago Sul, onde aconteciam operações de lobby e tráfico de influência.

Esse número foi aumentado

pelo caseiro Francenildo Santos Costa, que atestou ter visto o ministro chegar à casa, em um Peugeot, umas “dez a 20 vezes” (ver matéria de manchete).

Também há duas semanas, o delegado seccional da Polícia Civil de São Paulo, Benedito Valencise, confirmou a apuração das denúncias de irregularidades quando da gestão de Palocci e de seu substituto, Gilberto Maggione.

O delegado tomou o depoimento do advogado Rogério Buratti, ex-secretário de governo na gestão Palocci, que afirmou ter havido um acordo do então prefeito com o proprietário da Leão Leão, com repasse mensal de R\$ 50 mil para a prefeitura.

– Coletamos inúmeros documentos que demonstraram a veracidade do que Buratti falou – disse o delegado.

OS DESMENTIDOS

Desde que depôs à CPI dos Bingos em 26 de janeiro deste ano, o ministro da Fazenda Antonio Palocci teve suas afirmações contraditadas por três pessoas. Confira o que disse o ministro e as afirmações de um empresário, de um motorista e de um caseiro.

O que disse o ministro	A frase	O que disseram outros depoentes	A frase
Palocci disse que o PT teria alugado o avião do empresário Roberto Colnaghi para ele utilizar em um encontro partidário, já quando ministro.	“O PT disponibilizou um avião particular, alugou um avião para eu poder fazer a viagem” (Palocci, 26/1/2006).	Colnaghi afirmou que nunca alugou o avião, mas que deu carona três vezes para Palocci, duas vezes já como ministro. Depois Palocci reconheceu que havia se equivocado em suas afirmações.	“Declaro, enfaticamente, que a referida aeronave, que é utilizada para minhas atividades industriais, pecuárias e de lazer, jamais foi locada a terceiros, nem cobrado qualquer reembolso por todos quantos nela viajaram” (Colnaghi, 6/2/2006)..
Palocci disse que nunca esteve na casa do Lago Sul, alugada por Vladimir Poletto.	“Não estive nenhuma vez” (Palocci, 6/1/2006).	O motorista Francisco das Chagas Costa e o caseiro Francenildo Santos Costa afirmaram que o ministro esteve na casa do Lago Sul, alugada em nome de Vladimir Poletto, que pagava seus salários.	“O ministro chegava na casa por volta das 18h30 e às vezes só ia embora às 22h30 ou 23h00. Quando ele saía tinha que apagar as luzes e fechar a casa” (Francenildo, 16/3/2006). “Eu o vi lá duas ou três vezes” (Francisco, 8/3/2006).
Palocci disse aos senadores que nunca conversou com Poletto.	“O Vladimir Poletto, eu não conheço. Encontrei com ele duas vezes e o cumprimentei sem saber quem era” (Palocci, 26/1/2006).	O motorista Francisco das Chagas Costa e o caseiro Francenildo Santos Costa confirmaram que a casa foi alugada por Poletto que realizava o pagamento de seus salários.	“Palocci chegava na casa com um Peugeot prata e quando ele vinha o Vladimir dizia ‘o chefe vem aí’” (Francenildo, 16/3/2006).
Palocci disse que não mantinha mais relações com Rogério Buratti.	“Depois que ele saiu da prefeitura (em 1994), eu me afastei, ele se afastou, nossas famílias se afastaram. Não rompi o relacionamento com ele, mas me afastei. Depois da GTech não tive mais contato com ele” (Palocci, 26/1/2006).	O caseiro Francenildo Santos Costa confirmou a amizade.	“Se ele (Palocci) não era amigo de Buratti, então era o quê? Podia não ser amigo do Buratti em serviço, mas lá dentro (da casa) era” (Francenildo, 16/3/2006).



CRISE POLÍTICA Ministro do STF acata pedido de Tião Viana e determina a suspensão de depoimento do caseiro

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Efraim Morais e Garibaldi Alves, presidente e relator da CPI, em confronto com Tião Viana: liminar do STF diz que investigações fogem do fato determinado

Senadores querem ampliar objeto da CPI



Senadores da oposição prometem conseguir de 35 a 40 assinaturas até quarta-feira para solicitar a ampliação do objeto de investigação da CPI dos Bingos. Em quase nove meses de funcionamento, nunca houve tanto rebuliço na comissão como na última quinta-feira, quando da apresentação do mandado de segurança impetrado pelo 1º vice-presidente do Senado e membro da comissão, Tião Viana (PT-AC), no Supremo Tribunal Federal (STF).

Além de pedir, por meio de liminar, o impedimento do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, na comissão – o que foi atendido pelo ministro Cezar Peluso na mesma manhã –, o senador petista requereu a suspensão, até o julgamento final da causa, de “quaisquer diligências que desbordem do fato determinado para a qual foi criada”.

Pelo pedido, isso implica inclusive impedir a CPI de promover novas diligências quanto “ao assassinato do prefeito do PT, em referência a Celso Daniel e Antônio da Costa Santos, respectivamente ex-prefeitos de Santo André (SP)

e Campinas (SP); a existência de empréstimos entre integrantes de partidos políticos, mais especificamente do PT; a existência de eventual caixa dois partidário no PT; as denúncias de superfaturamento na prefeitura de Ribeirão Preto; a vinda de pecúnia pretensamente cubana para a campanha eleitoral do PT”, entre outras coisas.

– Vamos entregar as assinaturas à Mesa do Senado na quarta, incluindo na solicitação os tópicos questionados pelo PT junto ao STF – afirmou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Ele e outros senadores pediram em Plenário a saída de Antonio Palocci do Ministério

da Fazenda. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que subscreverá todas as providências a serem adotadas pela CPI para obter do Supremo a garantia da continuidade das investigações.

“Direito líquido e certo”, assegura o ministro

Na decisão do STF, Peluso afirma que “a CPI estava exorbitando de seus poderes” ao investigar fatos e pessoas “sem nenhuma prova de ligação com o fato determinado” que levou à sua criação. O magistrado afirma ser “direito líquido e certo” do senador Tião Viana, como membro da comissão,

“conter as atividades que fujam do fato determinado”.

Ao receber a liminar, o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), suspendeu o depoimento do caseiro e leu na íntegra a decisão do ministro.

– Tenho certeza que Palocci está dizendo a verdade. Estou tranquilo de que o caseiro não está dizendo a verdade – assegurou Tião Viana.

O senador afirmou na comissão que não tinha qualquer dificuldade em relação a interpretações de sua atitude. “Não poderia fazer nada para agradar A ou B. Eu entendo que a CPI não pode fugir do seu objeto”, observou.

Microfone disputado por governo e oposição

Senadores governistas e da oposição disputaram lugar na tribuna para discutir o mandado de segurança impetrado no Supremo Tribunal Federal pelo senador Tião Viana. Presidente da CPI, o senador Efraim Morais foi um dos que se

mostrou mais irritado com a situação. “Quando estamos ligando finalmente a atividade dos bingos com uma autoridade somos tolhidos, mas não vão acabar com a CPI nem no grito nem no tapa. Vão ter que agüentar a verdade”, disse.

OPINIÕES DOS DEMAIS SENADORES

– A atitude de Tião Viana deixa clara a intenção da bancada do governo de impedir que as investigações revelem toda a verdade das ações e omissões de todos que serviram à prefeitura de Ribeirão Preto. **Garibaldi Alves (PMDB-RN)**

– A violação dos direitos constitucionais estava anunciada nas matérias de jornais que falavam de camisinhas, Viagra e orgia. **Ideli Salvatti (PT-SC)**

– A justiça é a busca da verdade e deve ser feita com procedimentos que respeitem o Estado de Direito. Foi violada a família de Palocci, o homem, o cidadão. **Aloizio Mercadante (PT-SP)**

– Vendo esse poderoso instrumento [das CPIs] jogado abaixo, com certeza o comentário das pessoas que estavam assistindo ao depoimento será: de que valem as CPIs e de que vale o Congresso Nacional. **Ramez Tebet (PMDB-MS)**

– Considero isso o fato mais grave já ocorrido desde a ditadura militar. Cassar um depoimento de uma pessoa porque compromete um ministro do governo é atender

a pedidos de favores do presidente da República. **Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)**

– Quero prestar homenagem a Nildo, uma pessoa simples que, com tranquilidade, falou a verdade. **Heloísa Helena (PSOL-AL)**

– Aquele que depende, para a sua sobrevivência, do silêncio imposto pela força a um caseiro de 24 anos, não é mais ministro. Não é mais ministro aquele que se cerca de tantas suspeitas e que a todo momento é desmentido. **Arthur Virgílio (PSDB-AM)**

– Quero manifestar a minha frustração, como senador, sem nenhum poder diante do Judiciário e do Poder Executivo, como se fôssemos um Congresso decorativo. **Cristovam Buarque (PDT-DF)**

– Essa quinta-feira foi “um dia de cão”. Tivemos o medo de que houvesse um “pega na mentira” e estou seguro de que houve. **José Agripino (PFL-RN)**

– Cutucam daqui e dali para ver se o ministro cai ou não cai. Não vi nada até agora. Cadê uma prova? **Wellington Salgado (PMDB-MG)**

– Palocci é o pai da roubalheira. **Mão Santa (PMDB-PI)**

– O que o povo deve entender é que o PT pediu ao Supremo que impeça a CPI de investigar coisas que os brasileiros querem saber. **Heráclito Fortes (PFL-PI)**

– Como discutir com banqueiros nacionais ou estrangeiros a questão da nossa dívida com um ministro fragilizado, desacreditado, em função das denúncias de corrupção não esclarecidas e não respondidas? **Alvaro Dias (PSDB-PR)**

– O Senado precisa manter sua independência e cumprir seu dever de legislar e apurar fatos que comprometem a nação. **Lúcia Vânia (PSDB-GO)**

– Ele não quer [a investigação] e está trabalhando para que a CPI não chegue ao fundo dos problemas que estão sendo investigados. **José Jorge (PFL-PE)**

– Palocci, para não virar Pinóquio, mente em carta à CPI dizendo que nunca se encontrou com Buratti depois que se desentenderam em Ribeirão Preto. **Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

Tensão marca relações da comissão com o Judiciário

A relação entre o STF e a CPI dos Bingos é estreita e tensa desde que, em 22 de junho de 2005, o tribunal obrigou o presidente do Senado a indicar os integrantes da comissão, o que ainda não havia sido feito pelas lideranças partidárias.

O requerimento de criação da CPI foi lido no Plenário em 5 de março de 2004, mas a comissão só foi instalada 15 meses depois, após a determinação do STF.

Durante as atividades do colegiado, o tribunal também se mostrou presente por meio de vários *habeas corpus* concedidos para que depoentes pudessem omitir informações aos senadores da comissão. Com a liminar da quinta-feira, a relação entre a CPI e o STF atingiu um clímax de confronto político aberto entre os dois Poderes da República.

A instalação da CPI dos Bingos só ocorreu quando o governo federal e a base aliada de sus-

tentação perderam fôlego com o aparecimento das denúncias do então deputado federal Roberto Jefferson, que desencadearam a instalação das CPIs mistas dos Correios e do Mensalão, e da CPI dos Bingos.

O fato determinado da comissão, detalhado no requerimento que a criou, é: “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”.

Nos últimos nove meses, senadores e senadoras do PT afirmaram que a CPI havia se desgarrado do foco principal para se transformar em uma comissão destinada a investigar apenas o PT, alegações rechaçadas tanto pelo presidente, senador Efraim Morais, quanto pelo relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Petistas convocados para depor

Além de Antonio Palocci, outros petistas estão na mira da CPI dos Bingos. A comissão rejeitou a convocação do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, para explicar o pagamento de uma fatura em nome da filha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Lurian Cordeiro.

Na primeira vez que depôs na CPI, Okamoto garantiu

que pagou do próprio bolso e em dinheiro uma dívida de Lula no valor de R\$ 29 mil.

A oposição deu o troco e, com o voto de minerva do senador Efraim Morais, aprovou requerimento propondo uma acareação entre Okamoto e Paulo de Tarso Venceslau, ex-membro do PT. Venceslau chegou a insinuar, em declarações à imprensa, que Okamoto fazia tráfico de influência em prefeituras petistas.

CRISE POLÍTICA Relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio divulga o documento nesta terça-feira

As denúncias e as provas: o que virá no relatório final



Depois de nove meses, a CPI dos Correios chega à reta final e o relator Osmar Serraglio anuncia lista de indiciáveis, entre eles José Dirceu, por corrupção passiva.



Parlamentares em reunião da comissão, que terá relatório final apresentado por Serraglio (E)

Fraude nos Correios em nome de partidos da base

A propina de R\$ 3 mil registrada na gravação que deu origem à crise ficou pequena perto das fraudes encontradas nas auditorias dos contratos da estatal. Foram identificados superfaturamentos milionários e outras irregularidades, principalmente nas contratações de informática e de publicidade. A crise gerou uma onda de fiscalizações do Tribunal de Contas da União nos principais contratos públicos.

Acerto entre Correios, Beta e concorrente

A gravação de diálogos na sede da empresa Beta comprovou a existência de uma máfia nos contratos de transporte aéreo dos Correios. As duas principais empresas, Beta e Skymaster, celebraram um acordo para dividir o contrato entre elas. As contratações deram prejuízo de R\$ 64 milhões aos cofres públicos. Depoimentos confirmaram pagamento de propina para dirigentes dos Correios, mas o destino de cerca de R\$ 30 milhões sacados da conta da Skymaster e da Beta continua ignorado. Dirigentes das duas empresas serão indiciados.

Fundos de pensão

A CPI identificou que fundos de pensão das estatais perderam em negociações de títulos com corretoras. Também verificou aumento das aplicações dos fundos nos bancos BMG e Rural no período em que os dois liberaram recursos para Marcos Valério. O relatório deve apontar tráfico de influência do governo na nomeação dos dirigentes dos fundos de pensão e citar novos nomes.

Mensalão

A CPI constatou que políticos do PT, PP, PL, PMDB e PTB foram beneficiários de esquema de arrecadação ilegal montado por Marcos Valério e pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, supostamente a mando do deputado cassado José Dirceu, que deverá ser incluído na lista de indiciáveis do relatório final. A soma dos repasses admitidos por Valério e Delúbio chegou a R\$ 55,8 milhões, mas, segundo eles, deveriam quitar dívidas de campanhas eleitorais. A denúncia não pôde ser comprovada nos termos do deputado cassado Roberto Jefferson (PTB-RJ), segundo o qual teriam sido repassados R\$ 30 mil mensais para deputados do PP e do PL.

Valerioduto

O dinheiro repassado por Marcos Valério ao PT não foi empréstimo, de acordo com a CPI. As operações com os bancos Rural e BMG foram uma fachada legal para maquiar a origem dos recursos, o que seria comprovado pelo fato de Valério não ter contabilizado os financiamentos e pela falta de cobrança dos bancos, que só acionaram o empresário depois da deflagração do escândalo. Além disso, não há qualquer prova de que o PT teria de ressarcir Valério. Na prática, o dinheiro foi dado.

Caixa dois tucano

O tesoureiro da campanha do PSDB ao governo de Minas Gerais em 1998, Cláudio Mourão, admitiu que recebeu R\$ 12 milhões de Marcos Valério em esquema semelhante ao da campanha petista – empréstimos nunca pagos em bancos. Parlamentares mineiros também teriam sido beneficiados pelo empresário. A investigação do valerioduto tucano, no entanto, não foi intensificada pela CPI dos Correios.

Lista de Furnas

Apesar de ter ouvido o ex-dirigente de Furnas Dimas To-

ledo, acusado de coordenar um esquema de desvio de verbas da empresa para 156 políticos de vários partidos, a maioria deles do PSDB, o relatório não deve tocar no assunto. A CPI recusou-se a ouvir o principal acusador do escândalo, o lobista Nilton Monteiro, porque não ficou comprovado que a lista é verdadeira. Mas a Polícia Federal está investigando o caso.

Lista peemedebista

A denúncia de que 55 dos 81 deputados do PMDB receberam mensalão, publicada há duas semanas, não vai entrar no relatório final da CPI dos Correios. Não haveria tempo hábil para investigar o caso e o relator da CPI, que é do PMDB, não escondeu o conflito de interesses de investigar os próprios colegas de partido.

Dusseldorf, Guaranhuns e Bônus-Banval

As três empresas movimentaram dinheiro do valerioduto no exterior usando os doleiros, intensificando as suspeitas de lavagem de dinheiro pelo empresário. Mesmo após quebrar o sigilo da Dusseldorf no exterior, de Duda Mendonça, a CPI não conseguiu avançar nessa inves-

tigação. Trata-se de um trabalho complexo, que requer inteligência especializada e leva mais de dois anos para ser finalizado.

IRB

As denúncias de que o PTB cobrava do ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, Lídio Duarte, R\$ 400 mil para o caixa do partido e de que os investimentos do IRB no mercado serviam para desviar recursos para políticos não puderam ser comprovadas. Mas auditorias do Tribunal de Contas da União verificaram pagamentos irregulares de resseguros e outras fraudes. O governo estuda a possibilidade de privatizar o IRB.

Visanet

A empresa de cartões, por determinação da Diretoria de Marketing do Banco do Brasil, pagou R\$ 35 milhões à empresa de Marcos Valério a título de adiantamento de um contrato de publicidade. Desse total, R\$ 10 milhões foram colocados em uma aplicação no banco BMG que, dias depois, liberou para Valério empréstimo de mesmo valor. Nos últimos cinco anos, a Visanet depositou mais de R\$ 90 milhões na conta do empresário.

Os oito meses de CPI dos Correios



Maurício Marinho

• **21 de junho** – O ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho, flagrado em vídeo recebendo R\$ 3 mil de propina, é o primeiro a depor na CPI dos Correios. Ele apontou contratos suspeitos, envolveu petistas, mas negou que participasse das fraudes.

• **30 de junho** – Causador da crise, Roberto Jefferson (PTB-RJ) depõe por mais de 14 horas. Ele reforça as denúncias e desafia os parlamentares: “não há campanha no Brasil sem caixa dois”. O petebista foi cassado em 14 de setembro.



Roberto Jefferson

• **6 de julho** – Marcos Valério nega tudo à CPI, mas volta atrás semanas depois em busca de delação premiada. No dia seguinte, a secretária, Fernanda Sommaggio, confirma que milhares de reais eram sacados das contas de Valério antes de viagens a Brasília.

• **17 de julho** – Uma delegação da CPI dos Correios vai a Belo Horizonte em busca de provas que estariam sendo destruídas pelos contadores de Marcos Valério. Os nomes de políticos que receberam dinheiro do valerioduto começam a



Marcos Valério

aparecer nas quebras de sigilo das contas do empresário nos bancos Rural e BMG.

• **19 de junho** – O ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira nega acusações. No dia seguinte, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares assume uma postura evasiva ao depor.

• **26 de julho** – Surgem denúncias de que o valerioduto também teria sido usado nas campanhas de Minas Gerais em 1998. À CPI dos Correios, Renilda Santiago, mulher de Valério,



Sílvio Pereira

diz que o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, sabia do esquema montado pelo marido. O depoimento pesou contra Dirceu, cassado em 1º de dezembro.

• **1º de agosto** – O então deputado Valdemar da Costa Neto (PL-SP) é o primeiro envolvido no escândalo do valerioduto a renunciar ao mandato para evitar a cassação pela Câmara. Fizeram o mesmo os deputados Carlos Rodrigues (PL-RJ), Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR).



Renilda Santiago



Valdemar da Costa Neto

• **11 de agosto** – Duda Mendonça comparece à CPI sem ser convocado e confessa que recebeu R\$ 10,5 milhões de Marcos Valério no exterior para saldar dívidas petistas. A revelação abre uma nova frente de investigações e aproxima o presidente Lula das denúncias.

• **1º de setembro** – As CPIs dos Correios e do Mensalão aprovam o relatório que pede a cassação de dezoito parlamentares direta ou indiretamente envolvidos no escândalo.

CRISE POLÍTICA Publicitário volta à comissão, diz que “se ferrou” ao falar demais e não responde perguntas

Em novo depoimento, outra postura



O publicitário Duda Mendonça que voltou ao último depoimento da CPI dos Correios para fechar os trabalhos “com chave de ouro”, como pensavam deputados e senadores, em nada lembrava o Duda que lançou uma bomba sobre as investigações ao declarar que parte da campanha petista foi financiada com caixa dois em conta no exterior. Ao invés de declarações bombásticas, uma única frase, amparada num *habeas corpus* preventivo: “Não vou responder”.

Esse Duda Mendonça lacônico chegou à CPI escoltado por vários advogados, que antes mesmo de o publicitário abrir a boca já o mandavam silenciar. Ao invés do publicitário que compareceu ao Congresso por iniciativa própria depois do surgimento do nome de sua sócia, Zilmar Fernandes, nas listas de sacadores do valerioduto, Duda Mendonça retornou à CPI como o pivô de uma série de acusações contra si na imprensa, que envolvem fraudes em campanhas dos mais

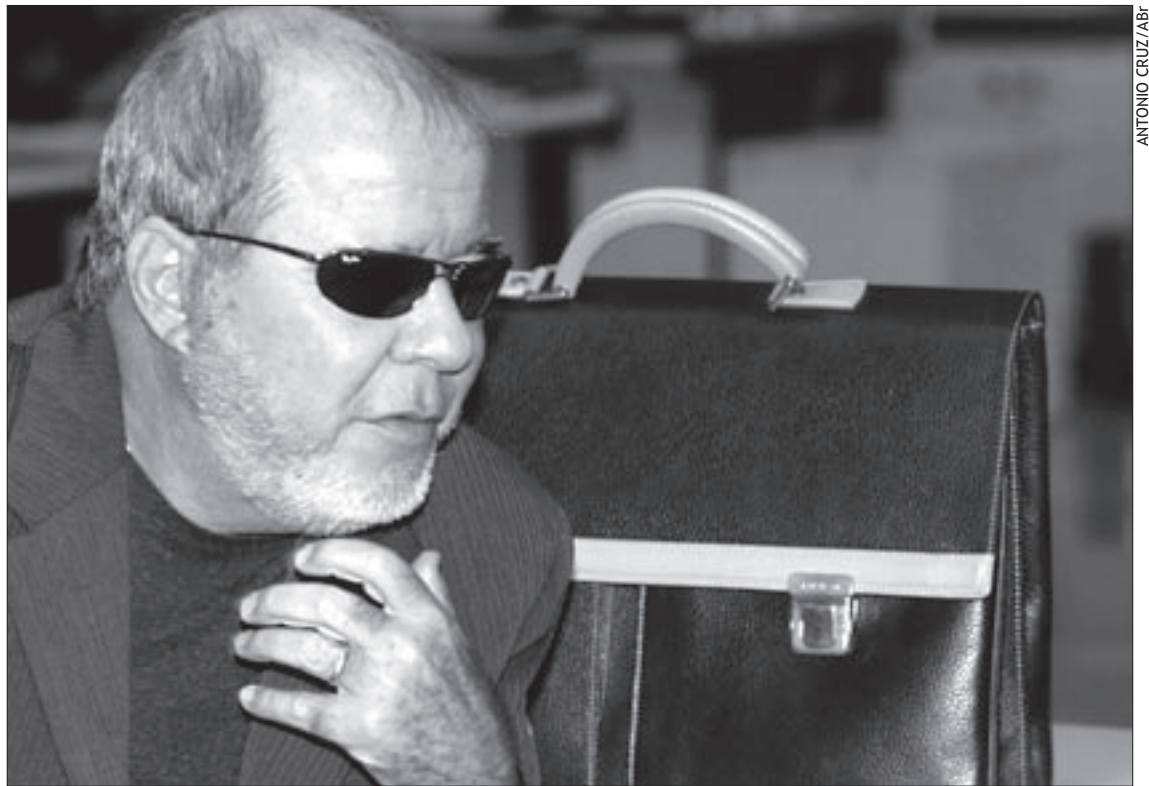
diferentes partidos.

Apesar da tensão, manteve o jeito irreverente de quem disse em agosto passado que aceitou o dinheiro irregular “para não levar o cano”. Disse que “se ferrou” quando esteve na CPI pela primeira vez porque falou demais.

A postura frustrou os parlamentares, que buscavam, sem sucesso, irritar o publicitário o máximo, para que ele abandonasse o discurso do “não vou responder”. A atitude pode custar o pedido de indiciamento do publicitário no relatório final da CPI dos Correios por obstrução da Justiça.

Foi o Supremo Tribunal Federal que permitiu ao publicitário se calar durante toda a reunião. O *habeas corpus* que apresentou à comissão deu liberdade para que Duda Mendonça ficasse calado para não se incriminar. Mas não deixava claro quando ele seria obrigado a falar. O texto subjetivo, de acordo com o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), abriu um precedente perigoso.

O senador teme que, nas próximas CPis, qualquer pessoa possa permanecer calada quando



Amparado por *habeas corpus* do Supremo, Duda Mendonça limitou-se a um “não vou responder”

dispuser de um *habeas corpus* do Supremo e ressaltou que “mesmo as pessoas mais condenáveis não tiveram comportamento parecido com o dele”, indicando que o publicitário deve ter mesmo o que esconder.

Votação do relatório não é dada como certa

Mesmo com a leitura do relatório final marcada para esta terça-feira, não está certo se a CPI dos Correios vai conseguir aprovar um texto final a ser encaminhado ao Ministério Público. A polarização política entre governo e oposição, especialmente diante do contexto de escolha dos futuros candidatos à Presidência da República, pode impedir um acordo sobre o relatório e frustrar o fim da comissão.

– É um risco que a CPI corre – advertiu o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), que não teve aprovado seu relatório parcial sobre os empréstimos do valerioduto porque não fez menção ao esquema tuano de 1998.

Fruet defende que pior para a imagem da CPI é um texto cheio de concessões, construído para agradar a gregos e a troianos. O deputado declarou não

conhecer o tom que será dado ao relatório final por Osmar Serraglio (PMDB-PR).

A apresentação do relatório semanas antes do encerramento regimental da CPI dos Correios, previsto para 11 de abril, foi a estratégia adotada pelo presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), para contornar as polêmicas que o texto pode trazer e viabilizar a aprovação de um relatório “sem pizza”.

O tema mais delicado do relatório deve ser o tratamento dado aos fundos de pensão das estatais. Desde o início dos trabalhos da sub-relatoria criada para investigar os fundos, as instituições de previdência privada têm acionado o sub-relator, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), na Justiça contra as conclusões divulgadas pelo parlamentar.

Tempo curto livra convocados de depor

A limitação de tempo da CPI dos Correios e as novas denúncias surgindo praticamente a cada dia acabaram favorecendo alguns personagens dos escândalos. Apesar de convocados pela CPI, alguns dos mais de 200 convocados não tiveram de se expor diante dos parlamentares e da opinião pública.

Foi o caso, por exemplo, do ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo Lima e Silva, que foi chamado para explicar ao Congresso por que se referiu à CPI como “picadeiro” e aos parlamentares como “bestas-feras” em um comunicado aos funcionários da Abin. O episódio

custou o cargo de Mauro Marcello, que pediu demissão depois da divulgação das declarações.

Ex-diretor e general falariam sobre corrupção

Tanto ele quanto o chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Jorge Armando Félix, também deveriam explicar à CPI o que a Abin sabia da corrupção dos Correios, que estavam investigando antes do escândalo. Na versão do deputado cassado Roberto Jefferson, a inteligência do governo é a autora da fita que veio a público, numa manobra política para persegui-lo. Nenhum dos casos foi investigado.

O empresário da GDK, César Oliveira, que presenteou Sílvio Pereira com o Land Rover que custou o seu afastamento do partido, não precisou explicar as intenções de um presente tão generoso ao dirigente partidário.

Beneficiários do valerioduto também foram poupados: o ex-ministro Pimenta da Veiga e Aristides Junqueira, cujos nomes foram revelados pela quebra de sigilo das contas de Marcos Valério. A mulher do deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e a assessora do então líder do PT Paulo Rocha (PA), Anita Leocádia, também não tiveram de explicar os saques efetuados na agência do Banco Rural de Brasília.



Kátia Rabello



Delúbio Soares



Henrique Pizzolato



Luís Gushiken



José Dirceu



Dimas Toledo

• **13 de setembro** – A presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, diz que Marcos Valério atuava como um “facilitador” do banco junto ao governo.

• **10 de novembro** – Apresentado o relatório parcial de Movimentação Financeira, que desmonta a tese dos empréstimos apresentada por Marcos Valério como justificativa dos repasses a políticos. Impasse entre governo e oposição impede a votação do relatório, que pede o indiciamento de Valério e de Delúbio. A CPI é prorrogada até abril.

• **22 de novembro** – Relatório parcial de Contratos aponta prejuízo de R\$ 64 milhões da companhia aérea Skymaster aos Correios e confirma fraudes praticadas desde o governo passado. Também aponta para lavagem de dinheiro em contratos de arrendamento nos moldes do “esquema PC”.

• **4 de dezembro** – A CPI começa a investigar denúncias de irregularidades em negociações entre fundos de pensão das estatais e corretoras. No final do mês, define a criação de uma sub-relatoria especial para tratar

dos fundos de pensão e anuncia a contratação de auditorias externas.

• **7 de dezembro** – O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, retorna à CPI e chora diante dos parlamentares. Não esclarece denúncias, mas joga responsabilidades sobre Luís Gushiken.

• **21 de dezembro** – A CPI presta conta das investigações, em relatório de mais de 500 páginas. Define ainda a criação de uma sub-relatoria para discutir alterações legislativas para coi-

bir a corrupção. A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão identifica irregularidades em operações de títulos.

• **17 de janeiro** – O advogado da Skymaster, Marcus Valerius, é preso por desacato aos parlamentares. Depois de ouvir a sugestão de ter seus sigilos quebrados, o advogado retrucou com ironia: “E o da mãe?”

• **30 de janeiro** – Comitiva viaja aos Estados Unidos para pedir o compartilhamento dos dados bancários de Duda Mendonça com a investigação par-

lamentar. A Justiça americana atende ao pedido sob compromisso de confidencialidade.

• **15 de fevereiro** – Depois de muita resistência, parlamentares ouvem o ex-diretor de Furnas, Dimas Toledo, acusado de articular um esquema de desvio de recursos para beneficiar 156 políticos em 2002. Ele nega. Aumenta a polarização política na CPI.

• **15 de março** – Duda Mendonça volta à CPI, mas se limita a dizer “não vou responder” a tudo o que foi questionado.

CRISE POLÍTICA Senador lê da tribuna carta da comissão negando suposto saque de dinheiro por seu motorista

CPI não vê elo entre Jucá e mensalão



O senador Romero Jucá (PMDB-RR) leu na tribuna do Plenário correspondência da CPI dos Correios em que a comissão informa que não há indícios de que o ex-motorista de Jucá, Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques, tenha sacado um cheque no Banco Rural, em 2004. Com isso, afirmou o senador, ficaria provado que ele não teve envolvimento com o esquema do publicitário Marcos Valério.

No dia 6, Jucá discursou em Plenário para refutar acusações publicadas um dia antes pelo jornal *Correio Braziliense*, que apontou seu ex-motorista como sacador de R\$ 50 mil em agência do Banco Rural em São Paulo. Na época, recordou



Jucá afirma que fatos e documentos desmentem acusações contra ele

o senador, ele solicitou que a Polícia Federal (PF), o Ministério da Justiça e o Congresso Nacional investigassem a fundo tais acusações, inclusive encaminhando ofício ao presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), com questionamentos sobre informações

que a comissão pudesse ter sobre o caso. No ofício, Jucá colocou-se à disposição da CPI para qualquer esclarecimento que o colegiado entendesse necessário.

Na resposta, Delcídio diz que não é necessária a presença de Jucá na CPI dos Correios para prestar esclarecimentos. Informa que “consta no acervo da comissão, apenas, uma autorização de saque do Sistema Financeiro Rural em nome da pessoa de Roberto Marques, sem outros dados identificadores, tendo tal saque sido realizado pelo sr. Luiz C. Mazano”.

Delcídio também informa que não há registros em poder da CPI, “nenhuma operação, pagamento ou retirada feita por Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques”.

Antero se defende das acusações de revista

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) repudiou denúncia publicada pela revista *Carta Capital*, de suposto envolvimento com João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, que seria o chefe do crime organizado em Mato Grosso e é acusado de ordenar o assassinato de mais de 30 pessoas no estado. Arcanjo teria cometido crime de lavagem de dinheiro, no qual estaria envolvido o PSDB estadual. Segundo as denúncias, as *factorings* de Arcanjo teriam “irrigado campanhas eleitorais” do partido com dinheiro ilícito, em 2002.

Antero rechaçou a acusação e disse que pretende prestar queixa-crime à polícia e entrar na Justiça com ação cível e criminal contra os diretores da revista, além de exigir o direito de resposta que a Constituição lhe confere. O senador afirmou ainda que irá propor projeto de lei aumentando o prazo de prescrição da queixa-crime, que hoje

é de dois anos.

O senador negou as informações divulgadas pela revista de que três cheques, no valor de R\$ 2.500, inicialmente depositados em conta do PSDB estadual, teriam sido descontados pela empresa Vip Factoring, pertencente a João Arcanjo. Segundo o parlamentar, esses cheques teriam sido contabilizados pelo comitê financeiro de campanha do partido e devidamente declarados na prestação de contas que, frisou, foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.

Antero Paes de Barros citou artigo de sua autoria publicado no site *Blog do Noblat*, intitulado “Velhacos e bestalhões”, também citado na matéria da *Carta Capital*, em que acusa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT de “velhacaria” contra ele, na tentativa de associá-lo ao Comendador, contra quem, inclusive, tomou providências durante a CPI do Banestado.

Cartões corporativos voltam a atrair atenção

Autor de requerimento em que pede à Presidência da República informações dos cartões corporativos utilizados para pagamento de despesas antes efetuadas com cheques, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) reclamou em Plenário da negativa do Palácio do Planalto em prestar informações, o que considerou desrespeito ao Senado.

Mediante nota técnica, o governo alegou que os dados solicitados são sigilosos. Alvaro Dias ironizou que “tudo é sigiloso neste governo” e observou que o Senado está sendo impedido de exercer sua função primordial de fiscalizar.

– Alega-se que ao Tribunal de Contas da União cabe esse trabalho, mas este é órgão auxiliar do Senado. Por isso é um desrespeito, uma obstrução da investigação.

Pavan diz que a imprensa é que investiga o governo

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou contra tentativa do governo de atribuir à oposição no Congresso responsabilidade por novas denúncias contra o PT e auxiliares do presidente. O parlamentar sustenta que as suspeitas contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por exemplo, tornaram-se públicas pelo trabalho investigativo da imprensa.

– Quando a imprensa faz

elogio ao Lula, vale, mas quando faz denúncia, não vale? – indagou.

O tucano disse nutrir simpatia pelo ministro e lembrou até tê-lo defendido na CPI dos Bingos. A seriedade e confiança que sua figura lhe transmitia, entretanto, foram abaladas por recentes declarações de Francenildo Santos Costa, caseiro da mansão alugada por ex-assessores de Palocci em Ribeirão Preto.

Denúncias são cada vez mais fortes, diz senadora

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que é preciso dar credibilidade às denúncias contra o ministro Antonio Palocci, segundo as quais ele participava das reuniões em que seus assessores distribuíam dinheiro ilegal e realizavam festas com garotas de programa.

Na avaliação de Heloísa Helena, as denúncias não podem ser consideradas como parte de uma conspiração contra Palocci em

razão da quantidade de pessoas envolvidas. Ela citou o motorista Francisco das Chagas Costa, que trabalhou para o ex-assessor de Palocci, Vladimir Poletto, o caseiro Francenildo Costa Santos, o delegado Benedito Valencise e a agenciadora de garotas de programa Jeany Mary Corner.

Para Heloísa Helena, os indícios da participação de Palocci em esquemas de corrupção são, “a cada dia mais fortes”.

Antonio Carlos exige quebra de sigilo de Paulo Okamoto

“Okamoto é o Fiat Elba do presidente Lula”, afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), citando frase do ex-deputado Roberto Jefferson em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* e fazendo referência ao carro que teria sido presenteado ao então presidente Fernando Collor pelo seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias.

Ao mencionar reportagens publicadas por jornais e revistas nos dias anteriores, o senador voltou a pedir que a CPI dos Bingos convoque para depor e quebre os sigilos bancário, fiscal e telefônico de Paulo Okamoto, presidente do Sebrae. Okamoto teria saldado dívidas de R\$ 26 mil da filha do presidente Lula e de R\$ 29 mil, do próprio presidente.

Para Alvaro, silêncio de Duda é admissão de culpa

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou e lamentou o silêncio do publicitário Duda Mendonça perante os parlamentares da CPI dos Correios. O senador afirmou que o publicitário encenou um “lastimável espetáculo do silêncio” e a comissão passou por “um dia melancólico”.

Protegido por *habeas corpus* concedido pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), Duda Mendonça repetiu incansavelmente o bordão “não vou responder” após cada questionamento a ele dirigido pelos parlamentares presentes.

– O silêncio condena. Cabe à CPI tomar o silêncio como concordância diante das graves acusações – opinou.

CÂMARA

Plenário cassa um e absolve outro

O Plenário da Câmara cassou, por 261 votos a 166, o mandato do deputado Pedro Corrêa (PP-PE) por quebra de decoro parlamentar. Os deputados acataram o parecer do Conselho de Ética, que acusa Corrêa de ter participado da operação de empréstimo de R\$ 700 mil do PT para o seu partido pagar a defesa do ex-deputado Ronivon Santiago, que sofria processos por compra de votos no Acre. Outros 19 deputados abstiveram-se de votar. Houve cinco votos em branco e nenhum voto nulo.

Na mesma sessão, porém, o Plenário absolveu, por 255 votos a 176, o deputado Pedro

Henry (PP-MT). Pedro Henry foi acusado pelo ex-deputado Roberto Jefferson de ser um dos responsáveis pela distribuição do “mensalão” no Partido Progressista e de oferecer compensações para que deputados trocassem de partido.

Para o relator do caso Corrêa, o deputado “esteve à frente de uma operação cuidadosamente elaborada para que o Partido Progressista recebesse recursos do Partido dos Trabalhadores”. Já o relatório sobre Henry informava que todas as provas apontam a responsabilidade apenas dos deputados José Janene (PP-PR) e Pedro Corrêa.

Conselho de Ética aprova cassação de João Paulo

O Conselho de Ética aprovou por 9 votos a 5 o parecer do deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS) que recomenda a cassação do mandato do ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP). Na reunião, a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) levou quase quatro horas para ler seu voto de 79 páginas, em que pedia o arquivamento do processo. Mas o relator manteve seu parecer. A acusação em seu relatório foi baseada em três fatos: o saque de R\$ 50 mil feito pela esposa de João Paulo de uma das contas do empresário Marcos Valério; a omissão intencional por João Paulo Cunha de fatos e informações relevantes; e o uso em proveito próprio de contrato firmado entre a Presidência da Câmara e a SMP&B.



João Paulo

Relator inocenta Mentor, mas votação é adiada para quinta

Relator no processo contra o deputado José Mentor (PT-SP), o deputado Edmar Moreira (PFL-MG) recomendou a absolvição do parlamentar. Um pedido de vista, no entanto, adiou a votação para esta quinta-feira. Mentor é acusado de ter recebido, por meio de seu escritório de advocacia, R\$ 120 mil do advogado Rogério Tolentino, sócio de empresário Marcos Valério na empresa 2S Participações. Em sua defesa, Mentor disse que o dinheiro é resultado do pagamento por três pareceres jurídicos elaborados por seu escritório de advocacia, a pedido de Tolentino. De acordo com Mentor, os recursos foram contabilizados, as notas fiscais foram emitidas e os impostos, recolhidos.



José Mentor

GOVERNO LULA Petistas ressaltam ações do Executivo, enquanto oposição vê caos na segurança e critica taxa de juros

Demostenes propõe rigor para crime hediondo

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que pretende evitar que aqueles que cometem crimes hediondos passem a ter os mesmos direitos dispensados aos criminosos comuns, em relação à execução das penas. A proposta (PLS 48/06) foi apresentada pelo senador para corrigir vício de constitucionalidade em um dos artigos da Lei de Crimes Hediondos apontado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Como explicou Demostenes, com a proposta ele pretende definir que a pena por crime hediondo seja cumprida, de início, necessariamente em regime fechado. Dispõe ainda que o preso só tenha direito à progressão

para o regime semi-aberto ou aberto após cumprir pelo menos metade da pena, se primário, e dois terços, se reincidente. O juiz é quem decidirá sobre a concessão do benefício.

O projeto altera o parágrafo 1º do art 2º da Lei 8.072, que determinou o cumprimento da pena por crime hediondo "em regime totalmente fechado". Demostenes lembra que o STF decidiu pela inconstitucionalidade desse artigo da lei, por isso ele pretende alterá-lo com seu projeto.

– É intolerável que um autor de crime hediondo receba uma pena restritiva de direitos ou, se lhe for aplicada pena privativa de liberdade, comece a cumpri-la em regime aberto ou semi-aberto – declarou.

Malta pede ação de força de segurança no Espírito Santo

Magno Malta (PL-ES) fez um apelo ao governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, para que ele solicite a presença da força de segurança nacional para conter a onda de atos de vandalismo no estado. Segundo informou, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já colocou essa tropa à disposição no combate aos incêndios a ônibus, praticados, inclusive, com a presença do motorista e do

cofrador no veículo. – Governador, não espere para chamar as forças de segurança nacional para que, amanhã, não lhe culpem de se preocupar em fechar a casa depois de ela ter sido arrombada. Se mais um ônibus for queimado, a sociedade vai perguntar por que essa força não foi chamada, se estava à disposição – alertou.

Ainda ao falar sobre a violência no país, Malta defendeu a rediscussão do conceito de

segurança nacional e do papel das Forças Armadas. Em relação à operação do Exército no Rio de Janeiro, considerou que, pelo menos por dez dias, o crime na cidade arrefeceu.

Outra sugestão do senador foi a criação de uma polícia de fronteira cobrindo as saídas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a ser mantida conjuntamente pelos governos dos três estados. A medida seria destinada ao combate do contrabando de armas e drogas.

Já na opinião do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), a ação realizada pelo Exército na cidade do Rio de Janeiro, visando recuperar armas roubadas, foi "estapafúrdia e inconstitucional". O senador pelo Amazonas afirmou ainda que "o Exército não teve autorização do presidente da República para agir; o Exército agiu porque quis".

Cristovam vê inércia no combate à exploração sexual

Cristovam Buarque (PDT-DF) expressou sua indignação e preocupação com a exploração sexual de crianças e adolescentes no país, abordada em uma série de reportagens do *Jornal da Globo*. Ex-ministro da Educação no atual governo, Cristovam também revelou sua decepção com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe, que ainda não teriam reagido à denúncia, seja por protestos ou ações, seja mostrando disposição concreta para solucionar um drama que envergonha o país.

– Será que o país ainda não está maduro para dar o grito de abolição da prostituição infantil? Será que o tráfico de corpo dessas meninas não merece a atenção do presidente Lula e de seus ministros? – indagou.

Além de demonstrar preocupação com o assunto, sugeriu Cristovam, o presidente Lula deveria destacar um subordinado para coordenar ações de combate à prostituição infantil e dar prazo de dois anos para sua erradicação. Essa operação, ressaltou, passaria pela identificação das vítimas, que teriam bolsa de estudo e educação em tempo integral.

Flávio Arns (PT-PR) reagiu às críticas de Cristovam, sustentando que o governo Lula está preocupado com a questão da criança e do adolescente. Arns acrescentou que já é senso comum no governo e na sociedade a necessidade de apurar fatos do gênero e intensificar a proteção à infância e adolescência brasileiras.

Ideli destaca gastos em programas sociais

Ao comentar matérias publicadas pelos jornais *Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil*, a líder do PT, Ideli Salvatti (PT-SC), disse em Plenário que as maiores taxas de crescimento econômico verificadas nas regiões Norte e Nordeste se devem principalmente à elevação dos gastos sociais do governo.

Além do incremento nas transferências a programas sociais como o Bolsa-Família e Bolsa-Escola, Ideli destacou como fatores importantes na melhoria do desempenho das regiões mais pobres os aumentos reais no salário mínimo, o pacote da construção civil para baratear os materiais de construção e a correção da tabela do Imposto de Renda.

– O Bolsa-Família passou a ser

uma ferramenta do desenvolvimento, pois cria o consumo não apenas do dia-a-dia, mas de móveis, eletrodomésticos e vestuário – disse.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) também destacou a importância do programa Bolsa-Família para redução da pobreza.

Ideli informou ainda sobre encontro que teve com representantes da Federação das Indústrias de Santa Catarina e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura para tratar das conseqüências que poderá ter a



Segundo Ideli, o programa Bolsa-Família se tornou uma ferramenta de desenvolvimento

gripe aviária no setor avícola.

Já Ana Júlia Carepa (PT-PA), ao fazer um balanço das ações do governo Lula na área da educação, afirmou que o maior diferencial da atual gestão é abordar o setor de forma global, em vez de focar apenas em um segmento.

Arthur Virgílio aponta "desgoverno" de Lula

Fatos recentes ocorridos no país e noticiados pela imprensa foram citados por Arthur Virgílio (PSDB-AM) como indicadores de "desgoverno" da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. O senador apontou como exemplos a operação dos militares no Rio de Janeiro, as invasões do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a viagem do presidente Lula à Inglaterra e a investigação da movimentação bancária de Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, que teria pago contas pessoais do presidente da República.

– A incompetência e a corrup-

ção são a marca desse governo, manifestadas pelo caos na segurança pública e pelo furor com que se defende o sigilo bancário de Okamoto – afirmou.

O tucano também classificou o Instituto Cidadania, que já foi coordenado pelo presidente da República, como uma "cloaca", levantando suspeição sobre suas relações com o atual governo. Ainda sobre supostos desvios praticados pelo PT e pelo governo Lula, Arthur Virgílio e o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em aparte, disseram acreditar mais "na existência de Papai Noel" do que no desconhe-



"Incompetência e corrupção são a marca desse governo", afirma Arthur Virgílio

cimento dessas irregularidades pelo presidente Lula.

Tourinho critica proposta do Executivo para gás natural

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) leu em Plenário documento do Fórum Nacional dos Secretários de Estado para Assuntos de Energia, no qual denuncia que o Executivo atenta contra a Constituição no seu projeto de Lei do Gás, enviado à Câmara. A proposta, disse, interfere na autonomia dos estados para regular o setor. Os secretários de Energia manifestam ainda sua perplexidade com o governo federal que, depois de prometer discutir com os estados uma lei para o gás natural, enviou o projeto ao Congresso sem sequer ouvir o Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE). Tourinho é autor de projeto com a mesma finalidade, apresentado em 2005, que recebeu apoio dos governos e de entidades do setor.

Sibá enaltece programa de eletrificação Luz para Todos

Sibá Machado (PT-AC) enalteceu o programa Luz para Todos, criado em 2004 pelo governo federal. A iniciativa do Ministério de Minas e Energia, afirmou, deverá acabar com a exclusão elétrica no país, levando energia para cerca de 10 milhões de pessoas até 2008, a um custo estimado em R\$ 9,5 bilhões, sendo R\$ 6,8 bilhões do governo federal e o restante partilhado entre os governos estaduais e agentes do setor. A ligação da rede de energia elétrica em domicílios é gratuita e inclui a instalação de três pontos de luz e duas tomadas, explicou o senador, informando que desde o lançamento do programa já foram beneficiadas 2,4 milhões de pessoas.

Alvaro Dias defende agência reguladoras independentes

Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou a importância do investimento privado para o desenvolvimento nacional, mas salientou que, para que isso ocorra, o governo precisa consolidar um arcabouço regulatório estável, com agências reguladoras independentes.

– Desde sua posse, esse governo deu mostras de que é contra as agências reguladoras. Estamos entrando num

processo de desindustrialização precoce – observou ele.

O parlamentar criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter afirmado em seu programa semanal de rádio, *Café com o Presidente*, que o "governo quer atrair investimentos dos ingleses e torná-los parceiros de uma nova etapa da construção do desenvolvimento". Para Alvaro Dias, esse foi um "convite para inglês ver".

Mão Santa volta a criticar a carga tributária do país

Ao discursar em Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou a carga tributária do país. Como já fez em outras ocasiões, o parlamentar pelo Piauí comparou a atual tributação ao "quinto" cobrado no século 18 pela Coroa portuguesa sobre a exploração brasileira de ouro.

– Dos doze meses em que as pessoas passam trabalhando em um ano no Brasil, praticamente seis são dedicados para pagar os impostos – disse.

ELEIÇÕES

Destino de coligações deve sair esta semana

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode pôr um ponto final esta semana nas dúvidas acerca das coligações partidárias para as eleições deste ano. O julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra a emenda constitucional que põe fim à verticalização nas coligações partidárias (EC 52) está previsto para quarta ou quinta-feira, já que a relatora da Adin, ministra Ellen Gracie NorthFleet – eleita na semana passada presidente do STF –, pediu a sua inclusão na pauta do plenário da corte.

Um dia depois de a OAB protocolar a ação, o ministro Gilmar Mendes determinou que o pro-

cesso deveria tramitar em regime especial, já que o assunto requer urgência. Portanto, enquanto substituiu Ellen Gracie na relatoria da Adin, Mendes solicitou que o Congresso prestasse informações sobre a EC 52 em dez dias e que a Advocacia Geral da União e a Procuradoria Geral da República encaminhassem seu parecer em cinco dias. Até o fim da semana, apenas o Senado havia enviado resposta, defendendo a validade da PEC já em 2006.

Para o advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, a EC 52 não pode ser equiparada a legislação eleitoral e não fere cláusula pétreia da Constituição.

Na Adin, a OAB sustenta que o fim da verticalização não pode ter vigência para as eleições de

outubro próximo em respeito ao princípio da anualidade, previsto no artigo 16 da Constituição, pelo qual mudanças na legislação eleitoral só podem valer se aprovadas, no máximo, um ano antes do pleito. A OAB quer a suspensão liminar do artigo 2º da emenda e a inconstitucionalidade do dispositivo.

No último dia 3 de março, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), respondendo a uma consulta do PSL, confirmou a interpretação de que os partidos precisam repetir nos estados as alianças estabelecidas na esfera federal. Na ocasião, dos três ministros do STF que integram o TSE, Mendes e Cezar Peluso votaram pela manutenção da regra e Marco Aurélio foi voto vencido.

Cronologia do imbróglio da verticalização'

8 de fevereiro	Câmara finaliza votação da proposta de emenda à Constituição que põe fim à verticalização
14 de fevereiro	Congresso adia promulgação da nova emenda constitucional
3 de março	TSE mantém a verticalização por 5 votos a 2
8 de março	Congresso promulga a EC 52
9 de março	OAB protocola ação direta de inconstitucionalidade para que a emenda não valha para as eleições de 2006
22 ou 23 de março (a confirmar)	STF dá sua palavra final sobre o assunto



Oposicionistas apóiam nome de Alckmin

Senadores da oposição animaram-se com a definição do governador Geraldo Alckmin como candidato do PSDB à Presidência da República em outubro.

Líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) conclamou PFL, PDT, PPS e PV a se unirem em torno de Alckmin, como estratégia para derrotar o que chamou de “ordem corrupta” do governo Lula. Ele elogiou o prefeito de São Paulo, José Serra, por abrir mão da candidatura em nome da unidade partidária, depois de um amplo processo democrático dentro do PSDB.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) manifestou apoio à candidatura de Alckmin, sugerin-

do que seu partido deveria fazer o mesmo. Para o senador, caso Serra seja confirmado como o candidato tucano ao governo de São Paulo, o PFL também deve apoiá-lo.

– A aliança está entrosada. Estamos com o caminho aberto para a vitória da moralidade contra o desgoverno – opinou.

Heráclito Fortes (PFL-PI) louvou a forma como a escolha do governador de São Paulo foi conduzida por Tasso Jereissati (CE), presidente do PSDB, unindo os dois pré-candidatos do partido, dizendo que ambos são homens de competência e de conduta ilibada na vida pública, e adiantou

que será parceiro de Alckmin.

Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), tanto Serra quanto Alckmin são bons administradores, que respeitam os cidadãos e os políticos.

Já Mão Santa (PMDB-PI) registrou que Alckmin herda o patrimônio político do ex-governador de São Paulo Mário Covas.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) felicitou o seu partido pela escolha. Para ela, a decisão fortalece o partido.

Os senadores tucanos Alvaro Dias (PR) e Leonel Pavan (SC) também manifestaram durante a semana sua satisfação pela definição do candidato do PSDB para as eleições presidenciais.



Pedro Simon defende a candidatura própria do PMDB, mas STJ concedeu liminar suspendendo as prévias do partido

Briga por candidatura própria aumenta no PMDB

A realização ou não de prévias no PMDB no último domingo levou os caciques do partido a intensas disputas públicas. Na última sexta-feira, uma liminar concedida pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, suspendeu as prévias marcadas para o último sábado.

O senador Renan Calheiros (AL) declarou que somente uma convenção do PMDB, prevista para 8 de abril, pode decidir se o partido terá ou não candidato à Presidência e como serão as alianças.

Renan rebateu o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, pré-candidato, que identificou o “dedo do Planalto” nos assuntos do PMDB. Para o senador, a declaração “não tem conexão com a verdade”, já que

a aliança preferencial do partido em Alagoas é com o PSDB de Geraldo Alckmin.

Pedro Simon (RS) também criticou as tentativas de impedir a candidatura do PMDB, que tem como pré-candidato, além de Rigotto, o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. Ele contestou os senadores do partido Renan Calheiros, José Sarney (AP) e Ney Suassuna (PB).

Mão Santa (PMDB-PI) também disse ver ingerência do PT no PMDB, num “estupro contra a democracia”. Já o senador Almeida Lima (PMDB-SE) chamou de “adesistas e suspeitos” os que preferem que o partido não apresente candidatura própria. Ele disse que a verticalização não pode ser utilizada como justificativa.

Evolução de Lula nas pesquisas anima petistas

Senadores do PT comemoraram na semana passada o resultado de recente pesquisa sobre o desempenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ana Júlia Carepa (PA) e Ideli Salvatti (SC) apontaram que o fato se deve ao otimismo demonstrado pela população com relação à elevação da renda, à estabilidade de preços, à geração de empregos, à queda da população e às políticas sociais.

“Oitenta por cento da população têm expectativa de que 2006 será melhor”, disse Ana Júlia.

Como líder do PT, Ideli destacou que a curva de avaliação inverteu-se, já que a aprovação

do governo passou de 45% para 55% e a desaprovação caiu de 49% para 39%. No que diz respeito às eleições, Lula registrou 43% nas intenções de voto, no primeiro turno (em dezembro eram 32%), enquanto o candidato do PSDB, o governador Geraldo Alckmin, tem 19% contra 20% de dezembro.

Sibá Machado (PT-AC) destacou os resultados da pesquisa e afirmou que a população está sabendo distinguir claramente o discurso político-ideológico dos resultados apresentados pelo governo. Segundo o senador, o PT vai superar divergências internas nas eleições.

Presidência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na segunda-feira de sessão solene do Supremo Tribunal Federal (foto à direita), em que foram homenageados os dez ministros do Supremo membros da Academia Brasileira de Letras (ABL). Foram eles Lúcio de Mendonça, Rodrigo Octávio Filho, Pedro Lessa, João Luís Alves, Ataulfo de Paiva, Hermes Lima, Aníbal Freire, Cândido Motta Filho, Evandro Lins e Silva e Oscar Dias Corrêa.

Além de Renan, estiveram presentes os atuais senadores que integram a academia, José Sarney (PMDB-AP) e Marco Maciel (PFL-PE). O orador da sessão foi o ministro Eros Grau. Pela ABL, falou o acadêmico Alberto Venâncio Filho; pelo Supremo, o ministro Nelson Jobim; e, pelo Tribunal de Contas da União, o ministro Marcos Vinícios Vilaça, atual presidente da ABL.



Renan anuncia que Michelle Bachelet visitará Congresso ainda em 2006

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a nova presidente do Chile, Michelle Bachelet, visitará o Brasil ainda neste semestre, quando será recebida no Congresso. Renan participou da posse de Bachelet e registrou a emoção do momento, já que, além de ser a primeira mulher no cargo, é filha de um auxiliar do ex-presidente Salvador Allende, que morreu na prisão durante o governo militar. Bachelet foi ministra da Defesa

do governo Ricardo Lagos, que deixou o governo com 70% de aprovação. Nos últimos dez anos, a economia chilena cresceu uma média de 8% ao ano, sendo que a agricultura superou no ano passado os 11%. “Esperamos que o Chile se torne membro pleno do Mercosul”, disse Renan. O presidente do Senado vai se encontrar com os presidentes dos congressos da Argentina, Paraguai e Uruguai, para instalar o Parlamento do Mercosul, ainda neste ano.

ACESSIBILIDADE Campanha aberta pelo presidente Renan Calheiros quer fazer do Senado um exemplo a ser seguido

Atenção às pessoas com deficiência



Acompanhado pelo presidente da Rede Sarah de Hospitais, Aloysio Campos da Paz, o presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou na semana

passada a campanha Com as Nossas Diferenças, Somos Todos Iguais, que pretende fazer do Senado o pioneiro, entre as instituições governamentais, na garantia dos meios que proporcionem acessibilidade aos portadores de deficiência, sejam funcionários ou visitantes da Casa.

Na oportunidade, também foram lançados o Programa de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal e a nova página da Secretaria de Recursos Humanos na Internet, que permite o acesso às pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, com baixa escolaridade e com outros tipos de limitações.

Em seu discurso, Renan assinalou que, mais do que uma atitude assistencialista, essas iniciativas cumprem o dever constitucional de garantir aos deficientes todos os seus direitos como cidadãos brasileiros.

Renan salientou que o Congresso tem dado o seu exemplo, lembrando a aprovação, em 1989, da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Lei 7.853/89), e, em 1993, da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), que estabelece normas para atendimento às pessoas com deficiência.

O presidente do Senado ainda ressaltou a recente aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do projeto de lei de autoria do senador Flávio Arns (PT-SC) que estabelece critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado com deficiência.

O servidor do Congresso Nacional, Paulo Brandão, portador de deficiência visual, fez uma demonstração do Portal do Servidor, criado pela Secretaria de Recursos Humanos do Senado. A secretaria desenvolveu um *software* que faz a leitura

da tela para portador de deficiência visual e a traduz sob a forma de áudio, que a pessoa ouve por meio de fones de ouvido. O programa pode ser acessado no endereço www.senado.gov.br/portaldoservidor.

A solenidade foi encerrada com a apresentação de vídeo elaborado pela Rede Sarah de Hospitais e intitulado Mauri, a Diferença de Ser Igual, que relata a história de um menino que nasceu sem os braços, mas sua mãe jamais o tratou como alguém diferente. Ao contrário, a mãe de Mauri o criou como uma criança normal e rejeitou até mesmo a proposta de colocação de próteses estéticas em seu filho. Hoje, Mauri convive com as demais crianças e aprendeu a fazer com os pés tudo o que precisa.

Compareceram à cerimônia o 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (PFL-PB), elogiado por Renan por facilitar o trabalho em prol da acessibilidade, e o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado, além de Romeu Tuma (PFL-SP), Flávio Arns (PT-PR) e Paulo Paim (PT-RS), todos envolvidos com projetos que visam facilitar a vida das pessoas com necessidades especiais. Os senadores Magno Malta (PL-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP),

Ney Suassuna (PMDB-PB) e Valdir Raupp (PMDB-RO). As senadoras Heloísa Helena (PSOL-AL) e Patrícia Saboya (PSB-CE) também estiveram presentes, além do diretor-geral do Senado, Agacieli Maia, e do diretor de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi.



Senadores comparecem à cerimônia de abertura da campanha Com as Nossas Diferenças, Somos Todos Iguais, quando também foi lançado o Programa de Valorização da Pessoa com Deficiência

Flávio Arns destaca iniciativas do Senado para valorização

Flávio Arns (PT-PR) destacou as iniciativas do Senado em prol da pessoa com deficiência. O senador explicou que elas fazem parte de um cronograma de providências que serão adotadas para facilitar a acessibilidade dos portadores de deficiência, tanto servidores como visitantes, às dependências da Casa.

Arns informou que duas comissões trabalham no Senado para valorizar os portadores de deficiência e para tornar o prédio, inclusive o Plenário, acessível “do ponto de vista físico e arquitetônico, sem barreiras que impeçam o deslocamento das pessoas”.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pleiteou a transmissão pela TV Senado das sessões do Senado também na Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), para atender a demanda dos deficientes auditivos. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu também a aprovação de projeto de sua iniciativa tratando do acesso dos deficientes físicos aos cargos públicos.



Flávio Arns elogia novas iniciativas

Os desafios de mudar a situação de um grupo quase excluído

TIDA MEDEIROS*

O lançamento da Campanha Com as Nossas Diferenças, Somos Todos Iguais e do Programa de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, nos remete à situação dessas pessoas no país. Pois, se na principal Casa Legislativa do país se faz necessária uma campanha para garantir os direitos da pessoa com deficiência, imagine-se no resto do Brasil.

O quadro não é bom, mas muita coisa melhorou justamente com as campanhas e com maior consciência do poder público. As carências

são muitas. Desde a eliminação de barreiras arquitetônicas até a mudança de mentalidade das pessoas sobre o assunto. Eu sugiro a criação de uma secretaria especial de governo para tratar do tema, a exemplo das secretarias para mulheres e igualdade racial. Dado o quadro geral, sempre afirmo que, por mais que se faça para melhorar as condições da pessoa com deficiência, ainda é pouco, mas toda e qualquer ação nesse sentido sempre é bem-vinda.

*Jornalista concursada, Tida Medeiros trabalha no Senado desde 1998 e possui seqüelas de poliomielite.



Tida trabalha com carro motorizado oferecido pelo Senado: campanha ajuda na conscientização

Tuma entrega dicionário em braile na Bienal do Livro

Ao fazer o lançamento, na Bienal do Livro de São Paulo, do *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, transcrito para o sistema braile pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado Federal, Romeu Tuma (PFL-SP) cobrou do governo federal a distribuição de material didático na linguagem dos cegos para os portadores dessa deficiência. Ele também pediu às editoras que lancem, simultaneamente, livros em tinta e em braile.

O senador citou o exemplo de Daniel de Moraes Monteiro, auxiliar de projetos

da Laramara, uma das três entidades que prestam apoio a portadores de deficiência visual e que receberam o dicionário editado pelo Senado. Com essa deficiência, Daniel é aluno de Direito e encontra dificuldades para acessar material de estudo referente ao seu curso. Além da Laramara, receberam ainda o *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* o Colégio Padre Chico e a Associação dos Deficientes Visuais Evangélicos.

– Fico emocionado ao fazer a entrega desse dicionário, sobretudo por perceber que, mesmo eles não vendo, sentem em

seus corações a nossa satisfação. Isso está estampado no sorriso de cada um – disse Romeu Tuma.

O *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, que reúne cerca de 10 mil verbetes e foi impresso em cinco volumes na linguagem braile foi organizado pelo professor Joaquim Campelo Marques, vice-presidente do Conselho Editorial do Senado. Além de Tuma e do professor Campelo, estiveram presentes à solenidade de entrega o diretor-executivo da Seep, Júlio Werner Pedrosa, e o presidente do Instituto Legislativo Brasileiro, Florian Coutinho Madruga.

AGRICULTURA Aumento da violência no campo desperta debates; oposição culpa inércia governamental

Suplicy aconselha ação pacífica ao MST

A destruição das instalações de pesquisa da empresa Aracruz, no Rio Grande do Sul, por mulheres do movimento Via Campesina ainda causa reações dos senadores. Tradicional aliado do Movimento dos Sem Terra (MST), Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou carta ao coordenador nacional da entidade, João Pedro Stedile, em que sugere a adoção de formas pacíficas de luta pela reforma agrária.

A ação da Via Campesina, à qual o MST é ligado, se deu em protesto pelo modelo de uso do solo e pela destruição de uma aldeia indígena no Espírito Santo por tratores da Aracruz.

– Para mostrar solidariedade aos índios, as mulheres da Via Campesina podem fazê-lo de

forma pacífica, criativa, utilizando mais a força da alma que a física – disse Suplicy.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) registrou reportagem segundo a qual houve a participação de paraguaias entre as mulheres da Via Campesina que participaram da invasão. Elas pertencem à Mesa Coordenadora Nacional de Organizações Campesinas, cujo dirigente, Ramón Medina, teria admitido a presença e classificado o ataque



Suplicy considera que a luta dos sem-terra deve ser criativa e feita com a força da alma

FOTOS: ROOSEVELT PINHEIRO

como “ato de sobrevivência”. Zambiasi condenou a invasão e sustentou que hoje há uma unanimidade entre os gaúchos contra tais atos.

José Jorge culpa Lula por “ano vermelho”

José Jorge (PFL-PE) lamentou as recentes ocupações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em todo o país, início do chamado “ano vermelho” apregoado pelo movimento desde o começo do ano. O senador acusou o governo Luiz Inácio Lula da Silva de transformar o Brasil em um “Estado sem comando”. De acordo com José Jorge, apenas em um fim de semana, em Pernambuco, seis propriedades rurais foram ocupadas pelos sem-terra. Da tribuna, José Jorge afirmou que o “2006 vermelho do MST já registra 57 invasões

de propriedades rurais” em todo o país, número “muito superior a todos do governo FHC”.

Incompetência levou a violência, diz senador

Na opinião do senador, tais acontecimentos são indícios da “incapacidade da administração Lula de lidar com a questão agrária”. José Jorge disse que os próprios integrantes do MST reconhecem que os números sobre reforma agrária divulgados pelo governo federal “são irreais”. Ele classificou de vergonhosa a invasão e destruição de instalações da Aracruz Celulose pela

Via Campesina, em Barra do Ribeiro (RS).

O senador aproveitou para elogiar, da tribuna, o Ministério Público do Rio Grande do Sul pela iniciativa de processar o dirigente nacional do MST, João Pedro Stedile, por incitação e apologia ao crime, por ter apoiado publicamente a ocupação.

– O resultado do governo Lula no campo é desastroso. Na média, Lula assentou menos pessoas que o governo Fernando Henrique. O que aumentou, e muito, foi o número de mortos devido aos conflitos no campo – disse o parlamentar.

Plano de reforma agrária não alivia tensão no campo

Mesmo com o aumento da média anual de famílias assentadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) observa que o governo conduz a reforma agrária sem combater a concentração da terra nas mãos de poucos. Segundo o MST, apenas uma em cada quatro famílias foi assentada em terras desapropriadas e o restante, em terras públicas ou assentamentos já existentes.

– Será necessário o fortalecimento dos movimentos camponeses para pressionar o governo no enfrentamento com os ruralistas e para fazer com que a reforma agrária se alimente de latifúndios e não de assentamentos – afirma documento do MST.

Entre outras ações, o MST quer que os índices de produtividade rural, de 1975, usados na definição de “terra produtiva” e, conseqüentemente, na desapropriação, sejam revistos, o que compete aos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É com base nos índices atuais que a União Democrática

Ruralista (UDR) sustenta não haver mais terras improdutivas em mãos privadas.

Sem conciliação, os dois lados da questão agrária voltaram à mídia nacional nos últimos dias, com acusações mútuas de violência. Enquanto o MST e o Movimento das Mulheres Camponesas, entre outros, denunciavam a destruição, em 20 de janeiro, de aldeias indígenas no Espírito Santo com suposto apoio da empresa Aracruz Celulose, os órgãos de imprensa mostraram no início de março a invasão de terras e a destruição de um laboratório da mesma empresa no Rio Grande do Sul por mulheres da organização não-governamental internacional Via Campesina.

Os investimentos da Aracruz Celulose são defendidos, inclusive por senadores, como impulsionadores do desenvolvimento, mas os representantes dos trabalhadores rurais sustentam que as fábricas de celulose causam danos ambientais sérios aos rios e às populações pelo uso de produtos químicos e agrotóxicos.

Famílias assentadas pelo governo Lula

	Plano Nacional de Reforma Agrária	Relatórios anuais do Incra
2003	30.000	36.300
2004	115.000	81.254
2005	115.000	127.506
2006	140.000	...

César Borges quer derrubar veto à repactuação de dívidas

O senador César Borges (PFL-BA) conclamou os senadores a derrubarem o veto presidencial à lei aprovada no Congresso que permitiria a repactuação das dívidas dos produtores rurais contraídas em operações de crédito na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

César Borges disse que, não bastassem as dificuldades que vivem os agricultores nordestinos, principalmente na Bahia, onde a seca inviabilizou a safra deste ano, o veto configura mais um duro golpe no setor.

Ele criticou ainda o fato de o presidente Lula ter editado imediatamente uma medida provisória para tentar compensar o veto, que, em sua opinião, só beneficia poucos e, mesmo assim, parcialmente.

Segundo Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o que o presidente Lula fez foi afrontar o Congresso, que tem a prerrogativa de legislar sobre o assunto.

Assim como Antonio Carlos, os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Mão Santa (PMDB-PI) e a senadora Heloísa



Pronunciamento de César Borges teve apoio de colegas que condenaram veto de Lula

Helena (PSOL-AL) se somaram a César Borges e defenderam a derrubada do veto presidencial ao PLC 142/05, levando em conta a situação difícil por que passam os produtores da região.

César Borges contestou a justificativa do Planalto para vetar o projeto. Segundo a área econômica do governo, a proposta custaria R\$ 16 bilhões aos cofres públicos. Porém, o senador calcula que o custo da proposta não ultrapassaria R\$ 7 bilhões, e beneficiaria cerca de 900 mil produtores.

RESERVA INDÍGENA – O líder do PTB, senador Mozarildo Cavalcanti (RR), fez apelo ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Brito para que julgue com rapidez ação cautelar que adia por um ano a saída de moradores não indígenas e a extinção dos municípios de 1,7 milhão de hectares da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, prevista para 14 de abril. “Os moradores serão expulsos mediante uma indenização de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil e estão fadados a ir para a capital”, argumentou.

FALTA DE SEMENTES – Ney Suassuna (PMDB-PB) fez apelo ao Ministério da Agricultura para que ofereça sementes para pequenos e médios agricultores da Paraíba e do Nordeste aproveitarem as chuvas registradas nas últimas semanas.

– Temos que aproveitar o solo úmido e a vontade de trabalho de nosso povo para produzirmos alimentos – disse Suassuna.

Ele disse que trata do problema todos os anos, mas a falta de programação do governo se repete.

Brasil pede identificação de cargas com produtos transgênicos

Durante o 3º Encontro das Partes (MOP-3), que define a posição dos países em relação ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, na semana passada em Curitiba, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou que o Brasil quer a identificação “contém” para os carregamentos com organismos vivos geneticamente modificados. Ela também sugere um prazo de quatro anos para que as empresas se adap-

tem às normas. Os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Flávio Arns (PT-PR) representaram o Senado no evento.

Mais de 130 países assinaram o protocolo, que faz parte da Convenção sobre Diversidade Biológica, de 2001. Também foi discutido como informações sobre o processo de produção, transporte e armazenagem deve acompanhar as cargas de transgênicos comercializadas entre países.

POLÍTICA ECONÔMICA – Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que a política econômica do governo prejudica a agricultura e a indústria, pois os baixos investimentos (inferiores a 20% do PIB) fazem com que haja perda de competitividade. Somente o setor calçadista, disse o parlamentar, deixou de exportar 23 milhões de pares de sapatos em 2005, mas foram importados 17 milhões de pares da China. A previsão para 2006 é ainda pior, avisou.

CRISE DO LEITE – Aelton Freitas (PL-MG) advertiu que a comercialização do leite está sendo remunerada a preços “ridículos”, levando os produtores a grandes dívidas. Para o parlamentar, a crise do setor exige políticas como o incentivo ao consumo, a organização de cooperativas, a abertura de mercados no exterior e a compra de estoques para distribuição à população pobre. O Brasil, disse, consome 130 litros por pessoa ao ano, menos que os 175 litros recomendados.

PLENÁRIO

Raupp defende o complexo hidrelétrico do rio Madeira

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a viabilidade econômica do complexo hidrelétrico do rio Madeira, formado por duas hidrelétricas do lado brasileiro e outras duas na Bolívia, totalizando 6.500 megawatts. Segundo ele, esse montante em energia nova será suficiente para sustentar a projeção do consumo brasileiro em energia elétrica a partir de 2010, afastando os riscos de novo ciclo de desabastecimento.

Raupp se disse otimista por-

que os estudos ambientais avançaram rapidamente em 2005, havendo uma expectativa de que o licenciamento prévio seja emitido pelo Ibama já em março ou abril deste ano.

Segundo Raupp, quanto às opções de licitação, o governo está estudando uma forma inédita de leilão em que 49% do projeto será reservado para um consórcio formado por Furnas, Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco (Chesf) e Eletronorte.

Virgílio pede que Lula conclua o linhão de Tucuruí

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) reclamou contra o que considerou negligência do presidente Lula em relação ao cumprimento de promessas feitas à população do Pará, em julho de 2003, especialmente quanto à conclusão do sistema elétrico de Tucuruí. Ele disse que as promessas do governo encheram de esperanças os moradores dos municípios do baixo Amazonas.

– O presidente Lula foi a Parintins, assistiu ao boi-bumbá, prometeu e não cumpriu. Eu reconheço a competência da atual presidente da companhia energética de lá, mas sei também das suas limitações. O fato é que o comércio e a indústria estão se ressentindo do vexame que é a questão energética, que está falida. E o prefeito está reclamando que Lula não faz o que prometeu – afirmou.

Roseana apóia isonomia para mulher policial

Roseana Sarney (PFL-MA) apelou em favor da aprovação, na Câmara, do projeto de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que dá à policial feminina o direito à isonomia constitucional aos homens.

A senadora explicou que o projeto (PLP 275/01) corrige distorção ocorrida quando da interpretação da Lei Complementar 51/85. Atualmente, apenas os policiais homens usufruem do direito constitucional da aposentadoria especial

concedida pelo exercício das atividades de risco, inerente à função, por causa da expressão “o funcionário policial”, contida no texto da lei complementar.

– Tal desigualdade de tratamento merece total repúdio da sociedade e imediato reparo por parte do Poder Público – afirmou a senadora.

Roseana ressaltou que a mulher é submetida às mesmas condições de recrutamento, seleção e habilitação profissional que o homem policial.

Gilvam Borges quer plano de carreira para a Funai

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a implantação do plano de carreira indigenista. Ele afirmou que o projeto, que está sendo discutido no âmbito do governo federal, reúne os pressupostos mínimos indispensáveis para melhorar as condições funcionais e operacionais da Fundação Nacional do Índio (Funai).

– A Funai precisa de novos concursos e de mais recursos – acrescentou ele. O parlamentar também declarou, ao discursar em Plenário, que dispõe “de informações confiáveis de que esse plano, atualmente estacionado na Coordenação-Geral de Carreiras do Ministério do Planejamento”, conta com a simpatia do Palácio do Planalto, mas enfrenta forte resistência daquele ministério.

Pavan alerta Lula para protestos em Santa Catarina

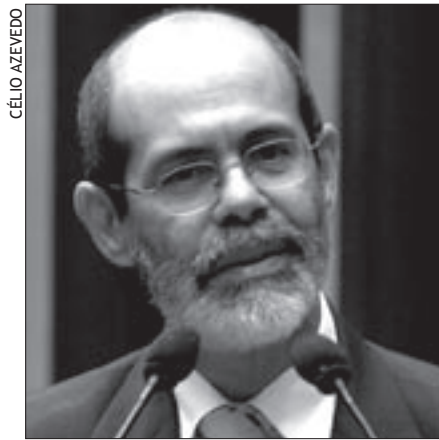
Em função da visita do presidente Lula a Santa Catarina na última sexta-feira, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que o presidente terá que fugir de uma série de protestos de entidades de classe, associações de moradores, sindicatos, empresários e agricultores familiares. Segundo Pavan, “os produtores de milho e soja estão desesperados com a falta de investimento e infraestrutura”.

– Lula, visite Santa Catarina, seja bem-vindo, mas traga recursos, resultados positivos, soluções para nosso estado, não só promessas – disse. O parlamentar também lamentou que Lula tenha reconhecido a China como economia de mercado, “o que fez minguar a produção brasileira em função da concorrência”.

Mesquita Júnior quer orçamento impositivo

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que é hora de “encarar com seriedade” a discussão das propostas que tornam imperativa a liberação de recursos do Orçamento da União. Ele lamentou o fato de o governo não vir liberando verbas contidas em emendas de sua autoria que garantiriam melhorias para pequenas comunidades rurais do Acre, em boa parte, prefeituras comandadas pelo próprio PT. São pequenas somas, disse ele, que fariam grande diferença na qualidade de vida das comunidades.

– Faço um apelo para que o governo não penalize o meu estado porque eu saí da sua base de sustentação. Miram no meu coração e acertam no estômago do povo acreano – afirmou.



Mesquita Júnior: Orçamento tem sido contingenciado sem critério

Na opinião do senador, o Orçamento da União tem sido contingenciado sem critério e em desrespeito ao Congresso, que o aprovou. Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ter

a impressão da existência de “perseguição política” contra os senadores da oposição, por meio da não-liberação de recursos contidos em suas emendas ao Orçamento. Por sua vez, Arthur Virgílio (PSDB-AM) sugeriu que a obrigatoriedade de liberação das dotações orçamentárias comece pelas emendas dos parlamentares.

Mesquita Júnior apresentou ainda suas congratulações à população da cidade de Xapuri (AC), que completa 101 anos na próxima quarta-feira. Ele lembrou que o município foi o centro social e econômico do seu estado no início do século passado, em função da produção de borracha.

Para Fátima Cleide, Fundeb é uma expectativa da sociedade

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu urgência na aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Para a senadora, essa proposta é balizada pelos interesses nacionais e sua aprovação é uma expectativa social.

– Este é o momento e a oportunidade para esta Casa comprovar,

na prática, seu compromisso com a educação (já expresso no manifesto assinado por todos os senadores deste Parlamento), aprovando o Fundeb – afirmou.

A proposição é polêmica, lembrou a senadora. Por isso tem sido bastante discutida em audiências públicas com especialistas na área

– Mas a regulamentação da proposta deverá prever as situações controversas e, a partir disso, definir os parâmetros para investimentos nos diferentes níveis de educação beneficiados pela PEC: ensino infantil, fundamental e médio – defendeu.



Fátima Cleide pede urgência na aprovação do novo fundo

Entre as principais conquistas do Fundeb, está, na opinião da parlamentar, o atendimento à educação infantil, principalmente às crianças de 0 a 3 anos, por meio das creches.

Reforma do SUS é defendida por Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou na última terça-feira a plataforma do PSDB para as eleições presidenciais em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ela disse que o seu partido defende o SUS, priorizando a universalidade de acesso à saúde, atendimento integral, descentralização de gestão, equidade no financiamento e controle social. A senadora disse que é contra restringir o SUS à população mais carente, transformando-o num sistema “pobre para pobres”.

– O SUS não é uma obra pronta

e acabada. É certo que merece aperfeiçoamentos, mas é um sistema que deu certo – disse.

Ela defendeu a estruturação de uma rede de suporte ao Programa de Saúde da Família, com capacidade para diagnósticos em especialidades, serviços e pequenas intervenções, e a reorganização da política de acesso a medicamentos.

Reajuste de tabela

A Federação Brasileira de Hospitais (FBH) vem alertando para uma possível crise no setor caso

as tabelas de honorários do SUS não sejam reajustadas urgentemente, segundo comunicou Papaléo Paes (PSDB-AP).

– A dívida dos hospitais privados cresce a cada dia. Lamentavelmente, o governo tem negligenciado o problema e ignorado os reiterados apelos dos hospitais filantrópicos e privados – disse.

Papaléo disse lamentar que, de 2000 até hoje, cerca de mil hospitais privados tenham deixado de atender pelo SUS, devido à grande defasagem das tabelas de honorários.

HOMENAGEM - Marco Maciel (PFL-PE) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento do escritor maranhense Josué Montello, na última quarta-feira. Josué Montello foi eleito com 36 anos para a Academia Brasileira de Letras (ABL), na qual permaneceu por mais de 50 anos. Além de jornalista e professor, Josué foi presidente do Conselho Federal de Cultura e da ABL, embaixador do Brasil junto à Unesco, subchefe da Casa Civil, diretor do Museu Histórico Nacional, da Biblioteca Nacional e fundador do Museu da República.

– Josué tem estilo caracterizado e reconhecido como grande escritor romancista, ensaísta, historiador, polígrafo, múltiplo – disse Maciel.

SAUDAÇÃO - Em nome da liderança do PSDB, o senador Arthur Virgílio (AM) saudou a ministra Ellen Gracie, que será a nova presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), destacando sua seriedade e o papel simbólico que representa na luta pela melhoria da condição feminina no Brasil. Cumprimentou ainda o deputado estadual de São Paulo Jovino Cândido (PV) que, em 2004, denunciou uma fraude eleitoral no município de Guarulhos. Virgílio também criticou o presidente Lula por ter homologado, em 2006, apenas dez áreas indígenas, enquanto Fernando Henrique, segundo ele, só em 1998, teria homologado 45 áreas para os índios.



180 anos do Senado

Dissolvida por duas vezes durante o governo de Getúlio Vargas, instituição teve reduzido de três para dois o número de senadores por estado



Era Vargas reduz papel do Senado

Com a Revolução de 30, chega ao poder uma das figuras mais marcantes da história política do Brasil. Getúlio Vargas assume o Governo Provisório com um Congresso dissolvido. Depois de enfrentar a oposição da elite paulista, o

presidente convoca eleições para a Constituinte, que acaba por reduzir as competências do Senado. Em 1937, Vargas outorga a quarta Constituição do país, extinguindo a Casa. Surge então o Estado Novo.

Atuação por apenas dois anos e meio

No período de quase 16 anos, desde sua dissolução pelo Decreto 19.398, em novembro de 1930, até o fim do trabalho da Constituinte e a abertura da sessão do Senado de 1946, a Casa funcionou apenas dois anos e meio entre 1935 e 1937.

Em 1930, todos entenderam que a dissolução do Congresso marcava o rompimento com a Velha República, mas passado mais de um ano desde a revolução, Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, ainda não havia convocado novas eleições. São Paulo liderou então a oposição a Vargas. Sob a exigência da imediata convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, as elites paulistas organizaram manifestações que culminaram em rebelião armada iniciada em 9 de julho de 1932. Depois de quase três meses de luta, os paulistas se renderam. A revolta, contudo, serviu de alerta para Getúlio, que convocou eleições constituintes para maio de 1933.

Instalada a Constituinte em novembro de 1933, oito meses depois foi promulgada a nova Constituição. em 16 de julho de



Vargas convocou Constituinte pressionado por opositores

1934. Entre as mudanças trazidas pela Carta, o Senado Federal teve suas competências reduzidas, colocado como um colaborador da Câmara dos Deputados. O número de senadores por estado foi reduzido de três para dois.

Em suas Disposições Transitórias, a Carta determinava a transformação da Constituinte em Câmara dos Deputados, acumulando as funções do Senado, até que ambas as Casas se organizassem. O Senado, com suas novas funções e estrutura, foi instalado

em 2 de maio de 1935, presidido pelo senador baiano Antônio Garcia de Medeiros Neto, do Partido Social Democrático (PSD).

Dissolução do Senado e o Estado Novo

A Intentona Comunista, em novembro de 1935, levou Getúlio Vargas a propor estado de sítio por 30 dias. Nos debates que ocorreram então no Senado, senadores ressaltavam que a medida deveria ser tomada apenas pelas dificuldades do momento. Mas ela foi apenas o início da ditadura encabeçada por Vargas.

O Congresso aprovava, também em 1935, a Emenda nº 1 à Constituição, admitindo a chamada "comoção interna grave", equiparada ao estado de guerra, cuja decretação suspendia as garantias constitucionais. Em outubro de 1937, o Congresso decretou estado de guerra.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio outorgou a quarta Constituição brasileira. O Senado foi extinto e surgiu o Estado Novo, mantido até a deposição do presidente, em 29 de outubro de 1945.

HISTÓRIA BRASILEIRA - CRONOLOGIA 1930-1946

3/10/1930	Início da Revolução de 30, liderada por Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul
24/10/1930	Vitória da revolução e deposição do presidente Washington Luís
3/11/1930	Getúlio torna-se chefe do Governo Provisório
11/11/1930	Congresso Nacional é dissolvido pelo Decreto 19.938.
9/7/1932-1º/10/1932	Revolução Constitucionalista de São Paulo
7/10/1932	Criada a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fascista liderado por Plínio Salgado
3/5/1933	Eleições para a Constituinte
15/11/1933	Início dos trabalhos da Constituinte
16/7/1934	Promulgada a Constituição de 1934, terceira do país
17/7/1934	Getúlio é eleito presidente pela Constituinte
30/3/1935	Lançada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), reunindo correntes antifascistas e liderada pelo comunista Luís Carlos Prestes
4/4/1935	Aprovada a Lei de Segurança Nacional, dando amplos poderes repressores a Getúlio
11/7/1935	A ANL é declarada ilegal
23-27/11/1935	Intentona Comunista
25/11/1935	Decretado estado de sítio
1º/10/1937	Aprovado o estado de guerra pelo Congresso, suspendendo garantias constitucionais
10/11/1937	Getúlio decreta o Estado Novo, outorga a quarta Constituição do país e dissolve o Congresso Nacional
10/3/1938 e 10/5/1938	Tentativas de golpe integralista são reprimidas
18/4/1945	Anistia aos presos políticos brasileiros
29/10/1945	Getúlio Vargas é deposto
30/10/1945-31/1/1946	A Presidência da República é exercida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares
31/1/1946	Posse do presidente general Eurico Gaspar Dutra
24/9/1946	Abertura dos trabalhos do Senado

REPRODUÇÃO



Revolução Constitucionalista de São Paulo teve origem nas manifestações organizadas pela elite e, apesar de derrotada, serviu de alerta para que Getúlio Vargas convocasse eleições constituintes

O país caminha para a redemocratização

A oposição a Getúlio Vargas cresceu no início da década de 40. Em resposta, ele promulgou, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que instituiu um novo patamar para as relações trabalhistas no país.

As leis constitucionais nº 9, de 28/2/45, convocando eleições para dezembro, e a Anistia para os presos políticos, de 14/4/45, não amenizaram as críticas a Getúlio, que anunciou, então, a redemocratização política após o fim da Segunda Grande Guerra. Reorganizados os partidos políti-

cos, foram lançadas candidaturas à Presidência da República.

Em 29 de outubro de 1945, o general Góis Monteiro depõe Vargas. No dia seguinte, o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares assumiu a Presidência da República, para transmiti-la, em janeiro de 1946, ao candidato vitorioso nas eleições, o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Vargas.

Senado retoma seus trabalhos em 1946

A Constituinte de 1946 foi

instalada em 2 de fevereiro. Constituída por uma maioria de representantes do PSD, de Dutra, promulgou em 18 de setembro a quinta Constituição do país. O Senado voltou a funcionar em 24 de setembro de 1946, de novo com três representantes por estado, e a dividir o exercício do Poder Legislativo com a Câmara dos Deputados. Entre seus membros estavam o ex-presidente Getúlio Vargas, o líder comunista Luís Carlos Prestes e o jornalista Assis Chateaubriand, entre outros.

Mulheres elegem primeira representante federal

A década de 20 tinha sido marcada pela luta das mulheres por seus direitos. Com a Revolução de 30, viram sua chance de concretizá-los. Em 1922, no Rio de Janeiro, surgira a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada pela cientista Bertha Maria Júlia Lutz, e, em 1930, foi criada em Recife a Cruzada Feminista Brasileira. Direito ao voto, mais empregos e participação política eram as principais reivindicações.

O direito de votar e ser votada já existia no Rio Grande do Norte desde 1928, quando a pioneira

Alzira Soriano foi eleita prefeita de Lajes. Somente em 1932, depois de vários protestos, a lei eleitoral – com a novidade do voto secreto – garantiu também a cidadania plena às mulheres.

Várias candidatas disputa-

ram um mandato na Constituinte de 1933, mas apenas a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi eleita. Única mulher entre 254 deputados, Carlota trabalhou por leis pelas crianças abandonadas, pela melhoria da situação da mulher e da educação nacional, e apresentou o primeiro projeto de criação de serviços sociais no país.

Nas eleições de 1936, Bertha Lutz elegeu-se deputada e pautou seu mandato na defesa, entre outras coisas, de mudança da legislação referente ao trabalho da mulher e do menor.



Eleita na Constituinte de 1933, Carlota Pereira de Queiroz era a única mulher entre 254 deputados

Voz do Leitor

CPI DOS BINGOS

“Quando a CPI dos Bingos vai ter fim? O dinheiro desviado da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) poderia ser investido em obras de infra-estrutura que beneficiassem a população.”

Alair Gualberto de Brito, de Formosa (GO)

BRASÃO NACIONAL

“O brasão oficial do Brasil tem do lado direito uma folha de café e do lado esquerdo uma folha de tabaco. Julgo isso incorreto. Sugiro a apresentação de proposição para modificar o brasão, retirando a folha de tabaco.”

Samuel Campos Ferreira, de Botelhos (MG)

LIGAÇÃO GRATUITA

“Sugiro que se apresente um projeto de lei para que seja obrigatório que todos os órgãos públicos tenham um telefone 0800 de contato com a população.”

Paulineo Gonçalves dos Santos, de Florianópolis (SC)

CONVOCAÇÃO

“Parabenizo os parlamentares do PSOL e todos os outros que optaram por não receber a segunda parcela do salário extra da convocação extraordinária. São atitudes assim que fazem o povo brasileiro se sentir um pouco mais digno e honrado. Vetando os salários extras, nossos senadores farão muito mais que fortalecer a Casa; estarão ampliando a esperança dos brasileiros em relação a esta magnífica democracia que é o voto.”

Mairla Gama Aguiar, de Pentecoste (CE)

JOVENS

“O segmento jovem da população deve ser contemplado pela administração pública, não apenas em época de campanha. Promover educação, saúde, respeito e dignidade é a obrigação dos administradores.”

Paulo Sérgio Santos, de Pentecoste (CE)

DIREITO DE IR E VIR

“Sugiro que seja criada lei que obrigue os cursos de delegado de polícia civil do país a distribuir a Constituição aos futuros delegados. Assim eles reconhecerão o direito de ir e vir das pessoas. Porque a função das secretarias de Segurança Pública, como a do meu estado, o Rio Grande do Sul, é proteger a sociedade, e não coagir o cidadão. Sou trabalhador e me deparei com um delegado de polícia que foi estúpido comigo, sendo que não cometi nenhum delito. Nota zero à polícia.”

Paulo Rogério Santos da Silva, de Porto Alegre (RS)

CAMPANHA LIMPA

“Sugiro a apresentação de uma proposição para evitar a poluição visual e a degradação ambiental no período de eleição, assim como aconteceu no referendo sobre as armas de fogo, quando só houve campanha pelos programas de rádio e TV, com ausência de panfletos, o que evitou a derrubada de árvores para a produção de papel. No período de eleição, essa medida poderá inclusive acabar com a boca-de-urna e reduzir a compra de votos.”

Nilton Rodrigues da Silva, de Alagoinhas (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

LIVRE COMÉRCIO

Eliel Feitosa da Silva, de Brasília (DF)

“Senador Eduardo Suplicy, o que o Brasil ganha em participar da Associação de Livre Comércio das Américas, a Alca?”

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) responde:

Prezado Eliel, em primeiro lugar, considero prioritário que o Brasil possa avançar em termos de integração social, econômica e política com os países da América do Sul que integram o Mercosul, como Paraguai, Uruguai e Argentina, e agora Bolívia, Chile, Venezuela e demais países que se integrem ao Mercosul. É necessário, também, colocar para o governo dos Estados Unidos que a integração que tanto desejam o governo e as empresas norte-americanas, no caso da Alca, precisa ser realizada não apenas na perspectiva do capital, da livre movimentação do capital e dos bens de serviço. É necessária uma perspectiva do que é mais importante a liberdade dos seres humanos. É fundamental que haja uma gradual homogeneização dos direitos humanos, do Alasca até a Patagônia. Quem sabe possamos ter em breve para as Américas o que já existe no Alasca, ou seja, o direito de todas as pessoas participarem da riqueza daquele estado? Lá, o cidadão recebe uma espécie de renda básica de cidadania. Os 700 mil habitantes do Alasca há mais de 20 anos recebem esses dividendos de acordo com o crescimento do país, num mecanismo que leva em conta as riquezas naturais do país, como o petróleo e outros.



AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Vilmar Bezerra Silva, de Sumé (PB)

“Senadora Lúcia Vânia, qual é a sua posição com relação ao concurso público que os agentes comunitários de saúde poderão fazer para regularizar a profissão?”

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) responde:

Vilmar, já foi aprovada e promulgada, durante a convocação extraordinária, a proposta de emenda constitucional (PEC 51/06) que permite que os agentes de saúde possam ser selecionados em seus municípios sem a necessidade de concurso público. Este foi um grande avanço. Durante cinco anos lapidamos projetos até encontrar um caminho para que a proposta fosse aprovada. Embora houvesse receio de quebrar o dispositivo constitucional que exige concurso para preencher cargos públicos, nós entendíamos que essa mudança se fazia necessária, para não se perder a característica mais importante desse trabalho. As pessoas são selecionadas a partir de critérios que um concurso público não avalia: a sua comunicação com a comunidade, o respeito do agente junto à comunidade e a sua vocação para atender pessoas. São requisitos fundamentais para que o programa tenha sucesso. Ao aprovarmos a PEC, o trabalho de centenas de agentes foi reconhecido. São profissionais que muitas vezes têm que fazer o seu trabalho de barco ou a cavalo para chegarem aos locais mais longínquos desse país. Graças a eles, temos conseguido diminuir a mortalidade materno-infantil e ajudado na saúde dos idosos. Os agentes têm prestado ao país um serviço fenomenal.



Frases

“Tenham cuidado. Alckmin trabalha em silêncio, sem agressão. Sabe o que quer e como chegar aonde quer”

Heráclito Fortes, advertindo senadores do PT após anúncio de que Geraldo Alckmin é o candidato do PSDB à Presidência.

“Será que o país ainda não está maduro para dar o grito de abolição da prostituição infantil?”

Cristovam Buarque, denunciando a exploração sexual de crianças e adolescentes no país.

“Na outra vez em que estive aqui, vim de coração aberto e só me ferrei”

Duda Mendonça, que ao depor novamente na CPI dos Correios negou-se a falar amparado em *habeas corpus*.

“Não podemos passar para as pessoas a impressão de que quem tem direito ao silêncio é quem pode contratar bons advogados”

Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios, que propôs debate com o Judiciário sobre concessão de *habeas corpus* aos convocados pelas CPIs.

“Estou frustrado, pois os estados ricos ganharam essa queda-de-braço”

Carlito Meross, relator-geral do Orçamento da União, sobre o texto aprovado na Comissão Mista de Orçamento.

“Tenho certeza de que Palocci está dizendo a verdade. Estou tranquilo porque o caseiro não está dizendo a verdade”

Tião Viana, defendendo decisão do STF que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo Costa.

“Ah, esse era o meu patrãozinho”

Francenildo Costa, caseiro da mansão alugada por Vladimir Poletto, ao identificá-lo em foto.

“Hoje o Senado ficou menor”

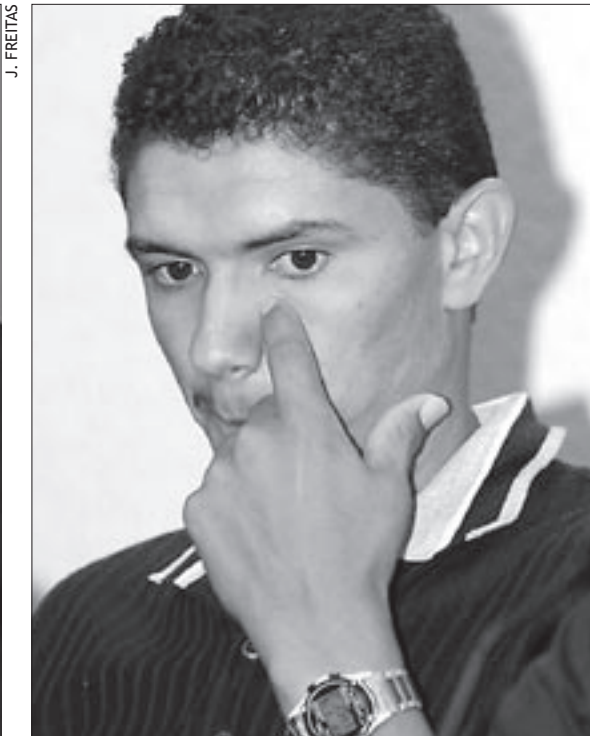
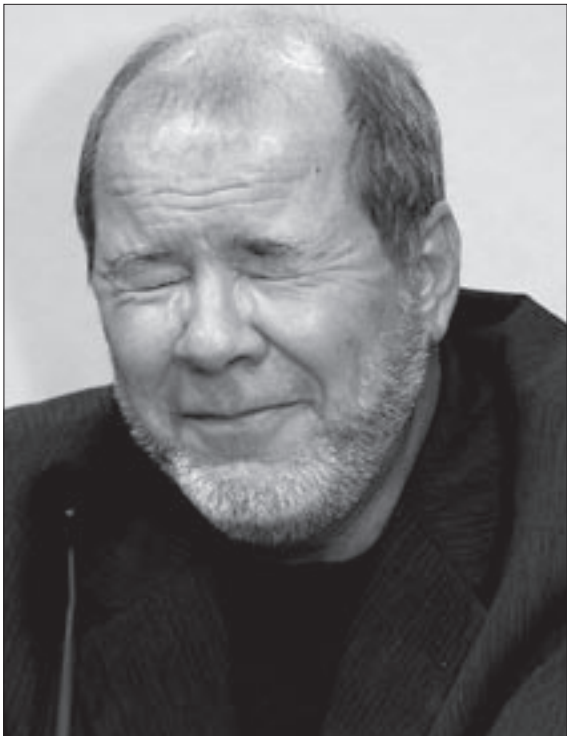
Efraim Moraes, presidente da CPI dos Bingos, sobre a liminar do STF suspendendo o depoimento do caseiro Francenildo.

“Hoje tivemos o medo de que houvesse um ‘pega na mentira’ e estou seguro de que houve”

José Agripino, questionando a liminar do STF.

Fotos da Semana

Comportamentos díspares marcaram os dois principais depoimentos nas CPIs dos Correios e dos Bingos na última semana. O publicitário Duda Mendonça (E) utilizou-se de *habeas corpus* obtido no Supremo Tribunal Federal para não falar o que supostamente sabia. Já o caseiro Francenildo Santos Costa, disposto a contar o que viu e ouviu em uma misteriosa mansão em Brasília, foi calado por força de liminar concedida pelo mesmo tribunal



Operação no Rio em detalhes

A operação desencadeada pelo Exército no Rio de Janeiro para recuperar armas roubadas por traficantes de suas dependências será o tema do debate desta segunda-feira no programa *Conexão Senado*, que vai ao ar às 12h, na Rádio Senado.

A convocação dos soldados para combater a violência e o crime organizado, a presença de tanques do Exército nas ruas e a reação dos mais diversos setores da sociedade estão entre os assuntos a serem abordados no programa. O ouvinte pode participar enviando perguntas ou sugestões pelo e-mail conexao@senado.gov.br, pelo telefone (61) 3311-1261 ou pelo fax (61) 3311-2777.

Já o programa *Prosa e Verso* apresenta no sábado, às 9h, com reprise no domingo, às 16h, o conto *Famigerado*, do escritor João Guimarães Rosa. O grande prosador brasileiro revolve suas memórias de médico do interior com humor e a partir da perspectiva psicológica dos personagens. Mais

informações sobre a Rádio Senado podem ser acessadas no endereço www.senado.gov.br/radio.

TV exhibe especial sobre René Magritte

A TV Senado exhibe neste fim de semana especial sobre a vida e a obra do pintor belga René Magritte. Um dos maiores expoentes do movimento surrealista, ao lado de Salvador Dalí e Max Ernst, Magritte privilegiava em seu trabalho símbolos como o torso feminino, o chapéu-coco, a janela, entre outros. A sobreposição de objetos, de maneira impossível de ser encontrada na vida real, estava sempre presente em sua obra, que, segundo ele próprio, tornava visíveis os seus pensamentos.

O programa vai ao ar na sexta-feira, às 22h30, no sábado, às 16h e às 21h30, e no domingo, às 15h30 e às 22h. Mais informações sobre a TV Senado estão em www.senado.gov.br/tv.



Guimarães Rosa revolve suas memórias de médico em conto que será apresentado na Rádio Senado no sábado

MANCHETE ACERVO ABL

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil

- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais

- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

RESENHA

História nos discursos dos presidentes do Senado

ALEXANDRE GUIMARÃES

Entre a ruidosa ovação ao alagoano Floriano Peixoto e o discurso do também alagoano Renan Calheiros passou-se mais de um século de atuação do Senado na República.

Diferentemente de sua irmã, a Câmara dos Deputados, em que as discussões são mais intensas, quase embates, o Senado se destaca na história como uma Casa de debates mais fluentes. Fato que o senador Renan, em seu discurso de posse como presidente da Câmara Alta do Parlamento, ressaltou: consenso, concórdia, compreensão e entendimento “têm sido as práticas desta Casa”.

Esse acompanhamento da história republicana brasileira por meio dos discursos de posse dos presidentes do Senado é uma das qualidades do livro *Palavra de Presidente: a Oratória dos Presidentes do Senado* (Sob o Signo de Rui Barbosa), volume 2, recentemente publicado pela Editora LGE.

O consultor legislativo do Senado João Bosco Bezerra Bonfim, autor do livro, é mestre em Lingüística e uma das maiores autoridades brasileiras na área de análise de discursos, nos dias de hoje.

Na obra, cada discurso é precedido por um pequeno resumo e seguido de uma “radiografia” – uma pequena análise do pronunciamento, diante do contex-



Ulysses Guimarães

to histórico em que é proferido. Alguns pronunciamentos são seguidos de análise extremamente profunda, chamados pelo autor de “configuração”, em que o discurso é esmiuçado, para realçar significados de mínimas partes.

Entre tantos valorosos senadores e preciosos discursos, um se destaca: o pronunciamento do saudoso deputado Ulysses Guimarães depois de eleito presidente da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. Na ocasião, Ulysses aponta o caminho de redemocratização do país após 20 anos de regime militar.

O livro é essencial a todo cidadão interessado pela história republicana brasileira e uma excelente continuação do volume 1, editado também pela LGE em 2004, *Palavra de Presidente: Discursos de Posse de Deodoro a Lula*.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. Para maiores informações sobre o volume 2 do livro *Palavra de Presidente: a Oratória dos Presidentes do Senado*, acesse o site da editora na Internet, no endereço www.lgeditora.com.br.

SENADO

Novas edições para o estudo do Direito

O Senado lançou em seu estande na 19ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo as edições atualizadas do *Curso de Direito Constitucional*, do *Curso de Direito Administrativo e Licitações e Contratos Administrativos*, obras do professor Henrique Savonitti Miranda. Ao lado da Constituição de 1988, essas são as obras mais vendidas pela editora do Senado em feiras de livro.

O *Curso de Direito Constitucional*, que já está em sua 4ª edição e tem prefácio do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso, analisa os principais institutos jurídicos relacionados ao Direito Constitucional. A obra está atualizada até a emenda Constitucional 51, de fevereiro deste ano.

Licitações e Contratos Administrativos, 3ª edição, inclui estudo detalhado do pregão e das parcerias público-privadas (PPPs), a Lei 11.079/04. O livro está de acordo com a nova Lei de Fên-

cias (Lei federal 11.101/05), com a Lei dos Consórcios Públicos (Lei federal 11.107/05) e com o novo regulamento do pregão eletrônico (Decretos federais 5.450/05 e 5.504/05).

Já o *Curso de Direito Administrativo*, na 4ª edição, serve

como ferramenta de estudo para candidatos a cargos públicos e iniciantes no curso de Direito. A publicação está atualizada até a Emenda Constitucional 51 e de acordo com a Lei das PPPs, com a nova Lei de Falências e com a Lei dos Consórcios Públicos.



Obras atualizadas sobre licitações, Direito Constitucional e Administrativo são lançadas na feira do livro de São Paulo

Paulo Octávio autografa obra de Juscelino

Depois de autografar dezenas de exemplares do livro *Por que Construí Brasília*, do ex-presidente Juscelino Kubitschek, no estande do Senado instalado na 19ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, Paulo Octávio (PFL-DF) elogiou o trabalho do Conselho Editorial do Senado de resgatar obras que marcaram a literatura, a história e a política brasileira.

As netas de Juscelino – Júlia e Anna Christina – participaram da noite de autógrafos. O livro de JK, entre outros assuntos, detalha os antecedentes históricos que envolveram a construção da nova capital.

Suplicy elogia participação do público na bienal de SP

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a participação popular na bienal do livro de São Paulo, encerrada no domingo. O senador registrou o lançamento, na feira, do seu livro *Renda Básica de Cidadania – a resposta dada pelo vento*, no estande da L&PM, editora que o publicou. A presença do Senado no evento foi ressaltada por Roberto Saturnino (PT-RJ). Mais do que oferecer ao público obras de cunho histórico e político, observou o senador, a participação da Casa é fundamental para divulgar o resultado do trabalho legislativo: as leis.

Conheça o Senado

Campainha que chama ao Plenário

O toque quase incessante de uma campainha que toma conta do Salão Azul do Senado antecedendo a ordem do dia – período em que são realizadas as sessões deliberativas – aguça a curiosidade dos visitantes que circulam pelos corredores da Casa.

Para algumas pessoas, o somido constante é sinal de que a “campainha” pode estar com defeito. Outras supõem que o barulho é um alarme das agências bancárias localizadas no Senado.

Apesar das dúvidas em torno da barulheira que ensurdece o Salão Azul, por onde circulam mais de 6 mil pessoas por dia, muitos não sabem que o som é um dos símbolos do funcionamento do Plenário.

O toque, que pode durar até dez minutos, convoca os senadores para comparecerem ao Plenário, especialmente quando há votação e não há quórum para deliberação. Outro somido é ouvido somente dentro do espaço do Plenário e é utilizado especialmente para avisar os senadores sobre o término iminente do tempo de discurso.

O presidente da Mesa também o utiliza muito para chamar a atenção dos parlamentares, em especial quando há tumulto.

Uma outra campainha que o presidente pode fazer uso é a que requer o comparecimento de taquígrafos ao Plenário para fazer as anotações da sessão.

O Museu do Senado ainda conserva o tinteiro-escrivaninha em bronze que possui as duas campainhas utilizadas pelo presidente do Senado até aproximadamente 1925.

Com peças em cristal lapidado, adquirido pelo Visconde de Abaeté quando presidente da Câmara Alta, em 1868, o tinteiro possui uma campainha aguda antes empregada

para chamar a atenção dos parlamentares e outra mais forte, que marcava o início da sessão.



Símbolo das sessões plenárias, o toque, que pode soar por até dez minutos, convoca os senadores para as votações

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Lara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Como colaborar com a segurança

Em outubro o país vai eleger novos deputados, senadores, governadores e presidente da República e o problema da segurança certamente será muito debatido. Várias pesquisas têm demonstrado que essa é hoje uma das principais preocupações dos brasileiros, perdendo apenas para o desemprego.

Estudiosos e governos divergem sobre qual seria a

principal razão do acelerado crescimento dos índices de violência – destacam-se a exclusão social e a impunidade como as grandes causadoras – e sobre qual a melhor forma de combatê-la. Problemas como a demora dos processos na Justiça e a falta de vagas nas prisões têm complicado ainda mais a situação, que em alguns locais atinge o intolerável, deixando a população acuada

e indefesa.

Para o cidadão ficam as opções de buscar proteger-se e à sua família, de votar de forma consciente e de exigir dos eleitos soluções efetivas. Além disso, é fundamental colaborar, cobrando o respeito às leis, atitude que, se cultivada e demandada pela sociedade, pode reduzir o espaço de atuação das organizações criminosas.

A responsabilidade dos governos

Para avaliar melhor as propostas e promessas dos candidatos, é importante conhecer o sistema de segurança pública e as responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal

Governo federal

Responsável por elaborar e implantar estratégias e metas a serem alcançadas, e por criar os programas de prevenção e controle da violência e criminalidade. Deve também elaborar propostas de leis sobre a questão, promover a integração dos órgãos e instituições de todo o país que tratam de segurança pública, combater o narcotráfico, o contrabando, a lavagem de dinheiro e a corrupção, e construir e cuidar das prisões federais.

Para auxiliá-lo na tarefa, conta com três forças policiais, subordinadas ao Ministério da Justiça: a Polícia Federal – apura os crimes contra a ordem política e social ou que prejudiquem a União, os que tenham repercussão interestadual ou internacional ou ainda que exijam repressão uniforme, e fiscaliza portos, aeroportos e fronteiras; a Polícia Rodoviária Federal – responsável pelo patrulhamento das rodovias federais; e a Polícia Ferroviária Federal, que patrulha as ferrovias federais.

Governo dos estados e do Distrito Federal

A responsabilidade principal pela segurança pública cabe aos governos estaduais. São eles os executores das ações de segurança, além de construírem e cuidarem das prisões estaduais. Para isso contam com a Polícia Militar – que faz o policiamento ostensivo e preventivo e a manutenção da ordem pública; a Polícia Civil, que busca obter provas materiais e identificar os autores dos crimes para que eles sejam denunciados à Justiça; e o Corpo de Bombeiros Militar – força encarregada de prevenção e combate a incêndios, de busca e salvamento, e de ações de defesa civil.



Prefeitura – Embora a Constituição não atribua ao município a função de zelar pela segurança pública, as prefeituras têm o dever de colaborar por meio do planejamento urbano, do combate ao uso indevido do solo, da oferta de serviços públicos como escolas, áreas de lazer e esportes, iluminação, asfalto, etc., e de programas sociais que desestimulem a violência. Cabe às cidades evitar o surgimento de espaços que, pela ausência do poder público, sejam dominados por organizações criminosas e de difícil acesso às forças policiais. Algumas prefeituras instituíram a Guarda Municipal, prevista na Constituição, com atribuição exclusiva de proteger bens, serviços e instalações dos municípios.

Para que esse sistema funcione, é preciso cooperação e integração entre os governos, acima de divergências políticas. A população também tem que se engajar nesse esforço, que não pode ser usado apenas como argumento de campanha eleitoral.



MARCOS BERGAMASCO/SECOM-MT

Segurança pública, uma das faces mais visíveis da presença do poder público, exige integração dos governos e participação social

Denuncie, registre, colabore

O art. 144 da Constituição começa assim: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos...”.

Denunciando e registrando a ocorrência de crimes, o cidadão contribui não apenas para sua solução, como também para que haja dados consistentes que orientem as autoridades nas ações e políticas de segurança, cumprindo o seu dever constitucional.

Denuncie ou registre qualquer ocorrência de crime na delegacia de polícia mais próxima do local ou na do seu bairro.

Para denúncias anônimas de qualquer crime, os estados oferecem o número 197 – Disque Denúncia, ou ainda consulte se há um endereço eletrônico (e-mail) oferecido pela polícia ou Secretaria de Segurança Pública do seu estado.

Em caso de crimes na internet ou que extrapolem as fronteiras do estado ou do país, pode-se recorrer à

Polícia Federal, pelo endereço dcs@dpf.gov.br, ou na superintendência da PF mais próxima.

Para denunciar crimes em rodovia federal procure o posto da Polícia Rodoviária Federal mais próximo.

Quando devo chamar a polícia?

– Sempre que houver uma emergência, alguém em perigo ou com sérios ferimentos ou um crime ocorrendo, ligue 190 para solicitar a intervenção policial.

O que devo fazer se presenciar um crime acontecendo?

– Ligue para a polícia imediatamente.

– Observe tudo e faça anotações mentais: quantas pessoas estão envolvidas, suas características físicas (altura, peso, raça, barba, cicatriz, etc), roupas, etc.

– Procure perceber se há qualquer tipo de arma envolvida e se as pessoas estão a pé ou de carro.

– Repare no endereço ou pontos de referência próximos do local.

Devo denunciar uma agressão mesmo se ocorrida entre marido e mulher ou entre pessoas de uma mesma família?

– Sim. Doméstica ou não, toda forma de violência constitui crime e deve ser denunciada.

Tenho que dar meu nome quando ligo para a polícia?

– Se desejar permanecer anônimo ou manter sua informação como confidencial, basta dizer isso ao policial que o atender.

Agressão ao meio ambiente também é crime

Denuncie desmatamentos, queimadas, caça, pesca e comércio ilegais e o tráfico e cativeiro de animais silvestres à Polícia Civil ou Militar, à Procuradoria do Meio Ambiente, ou à superintendência do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) do seu estado.

Fontes: Polícia Federal, Polícia Civil de São Paulo - www.policia-civ.sp.gov.br - e Corpo de Bombeiros do Mato Grosso do Sul - www.bombeiros.ms.gov.br

Como fazer parte do Conseg, o conselho comunitário

Uma das formas de cobrar o direito à segurança e assumir a responsabilidade prevista na Constituição é participar do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do seu bairro ou município, composto por cidadãos e líderes comunitários que se reúnem voluntariamente para analisar, propor, planejar e acompanhar as ações para solução dos problemas de segurança da comunidade. O Conseg também pode desenvolver campanhas educativas e promover o entendimento e a cooperação com os órgãos de segurança.

Cada Conseg deve ter também integrantes ligados aos órgãos públicos de segurança como, por

exemplo, um representante da Secretaria de Segurança Pública ou da polícia civil ou militar.

Com o auxílio do Conseg, a ação da polícia poderá ser mais efetiva, pois não só orientará os cidadãos e as comunidades a ajudarem a si mesmos, como contará com a colaboração deles.

Cada estado da Federação tem regras próprias em relação aos Consegs. Procure a Secretaria de Segurança ou órgão equivalente do seu estado ou município e se informe sobre como e onde estão funcionando os conselhos. Caso ainda não exista Conseg no seu bairro ou município, talvez seja hora de criar um, não acha?

Informações e proposições

Informações

Ministério da Justiça
www.mj.gov.br - (61) 3429-3000
Polícia Federal
www.dpf.gov.br - (61) 3345-9500
Polícia Rodoviária Federal
www.dprf.gov.br - (61) 3448-7630
Secretarias de segurança pública
www.mj.gov.br/senasp/Institucional/inst_ssp estados.htm
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - 0800 61 8080
www.ibama.gov.br
UFMG - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
www.crisp.ufmg.br - (31) 3499-6310
DHNet - Rede de Direitos Humanos e Cultura
www.dhnet.org.br

Propostas de emenda constitucional

PECs 21 e 22/05 - De autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), visam reestruturar os órgãos de segurança pública.
PEC 32/03 - Do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), quer transformar a guarda municipal de cidades com mais de 2 milhões de habitantes em órgão da segurança pública.
PEC 21/00 - Propõe a criação de polícia e de bombeiros militares em municípios com mais de 1,5 milhão de habitantes. Do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).
Todos os projetos podem ser consultados nas páginas do Senado (www.senado.gov.br) e da Câmara (www.camara.gov.br).